



MARIA DAS GRAÇAS SILVA ZONTA

Adentrando territórios e mentes: a Vale e sua atuação na cultura das comunidades ao longo do
corredor de Carajás

São Paulo - SP
2022

MARIA DAS GRAÇAS SILVA ZONTA

Adentrando territórios e mentes: a Vale e sua atuação na cultura das comunidades ao longo do corredor de Carajás

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (área de Geografia), na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Território, educação e cultura”.

Orientadora: Prof^a. Dra. Sílvia Beatriz Adoue

São Paulo - SP
2022

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Zonta, Maria das Graças Silva.

Z876 Adentrando territórios e mentes : a Vale e sua atuação na cultura das comunidades ao longo do corredor de Carajás / Maria das Graças Silva Zonta. – São Paulo, 2022.
80 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Sílvia Beatriz Adoue.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2022.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Vale S. A. 4. Desenvolvimento rural – Maranhão. 5. Projetos culturais. I. Título.

CDD 301.350981211

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Apesar das grandes investidas da mineradora Vale, com seus instrumentos e projetos culturais dentro das comunidades ou cidades em que ela atua, há, na região de Carajás, uma resistência que vai, ao mesmo tempo tentando não ser derrotada pelo projeto mineral e, ainda, levantar suas origens culturais frente ao monumento de desintegração sócio cultural da Vale, resguardando a possibilidade de uma trincheira contra hegemônica, provocando outros olhares para o problema mineral brasileiro.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

Despite the great investments of the mining company Vale, with its instruments and cultural projects within the communities or cities in which it operates, there is, in the Carajás region, a resistance that is, at the same time, trying not to be defeated by the mineral project and, also, raise its cultural origins in the face of Vale's monument of socio-cultural disintegration, protecting the possibility of a counter-hegemonic trench, provoking other perspectives on the Brazilian mineral problem.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

A pesar de las grandes inversiones de la minera Vale, con sus instrumentos y proye culturales dentro de las comunidades o ciudades en las que opera, existe, en la región de Carajás, una resistencia que, al mismo tiempo, intenta no ser vencida por el proyecto minero y, también, plantear sus orígenes culturales frente al monumento de desintegración sociocultural de Vale, protegiendo la posibilidad de una trinchera contrahegemónica, provocando otras perspectivas sobre el problema minero brasileño.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE MARIA DAS GRAÇAS SILVA ZONTA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

Aos 18 dias do mês de março do ano de 2022, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de MARIA DAS GRAÇAS SILVA ZONTA, intitulada **Adentrando territórios e mentes: a Vale e sua atuação na cultura das comunidades ao longo do corredor de Carajás**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. SILVIA BEATRIZ ADOUE (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Letras Modernas / UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Profa. Dra. ANA TERRA REIS (Participação Virtual) do(a) Geografia / Escola Nacional Florestan Fernandes, Profa. Dra. GLAUCIA DE SOUSA MORENO (Participação Virtual) do(a) / Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. SILVIA BEATRIZ ADOUE



**PROF. DR. DAVIS GRUBER
SANSOLO**

Coordenador do Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento
Territorial na América Latina e Caribe

RESUMO

Pretende-se, com essa pesquisa, apresentar as diferentes formas de atuação da mineradora Vale no corredor Carajás composto pelos municípios Marabá-PA, Parauapebas-PA, Canaã dos Carajás - PA, Açailândia - MA, Bom Jesus das Selvas - MA, Itapecuru Mirim – MA e São Luís – MA, e nas comunidades onde ela está presente, através de incentivos culturais tais como projetos de valorização da cultura local com oficinas de fotografia, teatro, artesanato, festas populares, ou como *shows* de bandas nacionais, festivais e afins – e, ainda - a criação de diferentes casas de cultura, museus, centros e fundações culturais. Pretende-se também, estudar os efeitos de tais ações culturais sobre os territórios.

Palavras – chave: Cultura; Mineração; Território; Indústria Cultural.

ABSTRACT

The aim of this research is to present the different forms of operation of the mining company Vale in the Carajás corridor composed of the municipalities Marabá-PA, Parauapebas-PA, Canaã dos Carajás - PA, Açailândia - MA, Bom Jesus das Selvas - MA, Itapecuru Mirim – MA and São Luís – MA, and in the communities where it is present, through cultural incentives such as projects to enhance local culture with photography workshops, theater, crafts, popular festivals, or shows by national bands, festivals and the like – and also - the creation of different houses of culture, museums, cultural centers and foundations. It is also intended to study the effects of such cultural actions on the territories.

Keywords: Culture; Mining; Territory; Cultural Industry.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es presentar las diferentes formas de operación de la empresa minera Vale en el corredor de Carajás compuesto por los municipios Marabá-PA, Parauapebas-PA, Canaã dos Carajás - PA, Açailândia - MA, Bom Jesus das Selvas - MA , Itapecuru Mirim – MA y São Luís – MA, y en las comunidades donde está presente, a través de incentivos culturales como proyectos de valorización de la cultura local con talleres de fotografía, teatro, artesanías, fiestas populares o espectáculos de bandas nacionales, festivales y la como –y también- la creación de diferentes casas de cultura, museos, centros culturales y fundaciones. También se pretende estudiar los efectos de tales acciones culturales en los territorios.

Palabras clave: Cultura; Minería; Territorio; Industria Cultural.

AGRADECIMENTOS

Quando eu tinha 12 anos, nos mudamos para a cidade. Uma pequena cidade do Maranhão, Açailândia. Antes, nós morávamos no Creoli do Bina, um povoado remanescente de quilombolas da cidade de Tuntum também no estado do Maranhão. Nós viemos pra cidade depois que meu pai faleceu no início dos anos 90 e minha mãe, quebradeira de coco babaçu, não estava mais dando conta sozinha de criar os filhos com a renda da roça e do coco. Meus três irmãos mais velhos já estavam “no mundo” e depois de um tempo, acharam por bem trazer a mãe e os irmãos e irmãs mais velhas pra cidade, pra ver se a vida melhorava.

Eles trabalharam no pesado: carvoarias, roçando fazenda, enchendo gaiola de carvão, e até garimpo de ouro na Serra Pelada e no Mato Grosso. De lá pra cá, muitas águas rolaram. A gente sobreviveu a fome, as muitas desigualdades e dificuldades. Sinto-me feliz pelas oportunidades formativas que eu tive e que infelizmente meus irmãos e irmãs não tiveram e isso não tem nada a ver com mérito.

Portanto, dedico este trabalho e agradeço a minha mãe, meus irmãos e minhas irmãs (uma delas, Kuca, em memória) ofereço essa pesquisa, por toda a trajetória que me fez chegar aqui.

Para o Movimento Sem Terra, em especial o Coletivo Nacional de Cultura (ao camarada Révero em memória) que nos provoca a entender a realidade através da arte e organizar a luta a partir da cultura.

Para o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) que tem a importante tarefa de apontar as contradições do modelo de mineração vigente e formar o povo para transformá-lo.

Para Marcio Zonta pelo companheirismo, amor e dedicação em todos os tempos.

Para minhas filhas Maria Dandara, Aurora e Violeta.

Para minha querida orientadora Silvia Adoue que nunca soltou minhas mãos e nunca desistiu de mim e do nosso projeto.

Para os entrevistados e entrevistadas que são força e resistência.

Para minha turma querida, Violeta Parra, em especial pros meninos do Território de Louco: Igão, Jonas e Eduardo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Guseiras poluem Piquiá de Baixo.....	38
Figura 2 –	O que será o amanhã? Adolescentes observam a poluição vinda das guseiras.....	38
Figura 3 –	1ª Cenas do espetáculo “Verdade e Amor se encontrarão, Justiça e Paz se abraçarão: uma história sobre Piquiá de Baixo”	39
Figura 4 –	2ª Cenas do espetáculo “Verdade e Amor se encontrarão, Justiça e Paz se abraçarão: uma história sobre Piquiá de Baixo”	39
Figura 5 –	Cena da peça “E ao pó voltaremos”	40
Figura 6 –	Caminhão que distribuía os kits aos artistas selecionados	41
Figura 7 –	Sobreviventes. Obra selecionada da artista maranhense de Açailândia - MA, Lea Sousa	42
Figura 8 –	Garimpeiro enfrenta policial	50
Figura 9 –	Milhares de homens carregando material de minério para beneficiamento..	50
Figura 10 –	Tribo indígena	51
Figura 11 –	Imagem de mulheres em tribo africana	52
Figura 12 –	Venceremos	52
Figura 13 –	Camponês alfabetiza seu povo	53
Figura 14 –	Mulher camponesa na porta de casa	53
Figura 15 –	Estrada de Ferro Carajás – PA a São Luís – MA.....	60
Figura 16 –	Vendedoras e vendedores oferecem refeições aos passageiros da classe econômica	61
Figura 17 –	Recreação infantil durante a viagem de trem	62
Figura 18 –	Famílias manifestam contra a Vale em Canaã dos Carajás, 2018	64
Figura 19 –	Organização e resistência contra a mineradora Vale	65
Figura 20 –	Quilombolas ocupam os trilhos no MA	67
Figura 21 –	Movimento nacional contra o modelo mineral	68
Figura 22 –	Povos indígenas em resistência	72
Figura 23 –	Indígenas ocupam trilhos na região de Carajás	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agencia Nacional de Água
APA	Área de Preservação Ambiental
BR	Belém – Brasília
CCVM	Centro Cultural Vale Maranhão
CEFVM	CEFVM – Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas
CPB	Código Penal Brasileiro
CEFVM	Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas
CMDCA	Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente
CVRD	CVRD – Cia. Vale do Rio Doce
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
ECs	Estações Conhecimento
EFC	Estrada de Ferro Carajás
FIDH	Federação Internacional de Direitos Humanos
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IVJV	Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
JUPAZ	Juventude pela Paz
MAM	Movimento Soberania Popular na Mineração
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PGC	Programa Grande Carajás
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
JnT	Justiça nos Trilhos
TI	Terra Indígena
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará

UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	“EU ESTAVA EM PAZ QUANDO VOCÊ CHEGOU”: HISTÓRICO DA MINERADORA VALE E A CHEGADA NA AMAZÔNIA	19
2.1	A mineradora Vale aporta na Amazônia	21
2.2	O Programa Grande Carajás	22
2.3	Olha o dragão de ferro passando, olha as marcas de destruição: o trem da Vale e seus atravessamentos	24
2.4	A Privatização da Vale	26
2.5	“Como é feliz nosso povo... Na propaganda...”	28
2.6	“Nossa miséria produz o seu dinheiro”: o <i>modus operandi</i> da Vale e suas contradições no corredor de carajás	32
3	OS INSTRUMENTOS MINERO - CULTURAIS DA VALE	37
3.1	O Instituto Cultural Vale	43
3.1.1	Memorial Minas Gerais Vale (MG)	45
3.1.2	Centro Cultural Vale Maranhão (CCVM)	46
3.1.3	Casa da Cultura de Canaã de Carajás	47
3.1.4	Toma Lá, Dá Cá	47
3.1.5	Estação Conhecimento	53
3.1.6	Programa Trilhos da Alfabetização	57
4	“NO CÉU AZUL, AURORA JÁ CANTA”: RESISTÊNCIAS EM CARAJÁS	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS: “POR QUE OUVIMOS AS PEDRAS GRITAR”	75
	REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

Nessa pesquisa, buscaremos olhar a atividade minerária a partir da ótica cultural. Como, através das simbologias artísticas e de diferentes manifestações culturais, a mineradora Vale, especificamente, se achega nos vários territórios, neste caso, o território amazônico, em terras paraenses e em terras maranhenses e elabora um outro olhar de ver e entender a mineração, de ver, sentir, entender e fazer cultura. Como os territórios se organizam para contrapor esse modelo minerário, quais são as suas lutas organizativas e contra hegemônicas capazes de questionar, apontar, transformar o que é comum.

Dessa forma, nossa pesquisa tem como um dos principais objetivos, analisar as diferentes atividades culturais da Vale e suas influências nas comunidades no decorrer do corredor de Carajás composto pelos municípios Marabá-PA, Parauapebas-PA, Canaã dos Carajás - PA, Açailândia - MA, Bom Jesus das Selvas - MA, Itapecuru Mirim – MA e São Luís – MA , bem como identificar e suas estratégias de intervenção. Levantamentos e análise dos projetos culturais da Vale implementados nos municípios/comunidades do MA ao longo do corredor de Carajás a partir dos anos 2000, com base em entrevistas e consultas de documentos da empresa (sites, relatórios, jornais, etc.). Identificar os valores de investimento e o perfil dos projetos culturais.

Buscaremos compilar as ações das comunidades no âmbito da cultura e da formação de resistências. Reunir os projetos e suas realizações nos municípios, identificando o número de ações, de agentes e atividades realizadas nos municípios. Identificar os elementos simbólicos presentes nas ações culturais e suas intencionalidades no plano da ideologia hegemônica.

Identificar os projetos contra hegemônicos das comunidades e seu corpo de disputa simbólico e cultural além de realizar uma análise crítica dos elementos simbólicos hegemônicos.

Diante dos objetivos indicados, nossa metodologia se dará através da ampliação e revisões de literatura acerca das categorias e conceitos fundamentais da pesquisa, quais sejam: cultura, mineração, território, análise crítica dos elementos simbólicos contra hegemônicos. Além disso, estudaremos o histórico da mineradora Vale, bem como o contexto mineral amazônico e as suas contradições frente aos territórios.

No primeiro capítulo, iniciaremos contextualizando o início da atividade minerária no Brasil, a exploração desse bem e para onde era destinado. Discorreremos também sobre a

mineradora Vale, a sua história e a chegada na Amazônia, a construção da Estrada de Ferro Carajás e o Projeto Grande Carajás. Ainda neste capítulo, apresentaremos os projetos minerários em contradição com as lutas nos territórios, quem são os sujeitos coletivos que enfrentam cotidianamente estes grandes empreendimentos.

No segundo capítulo, nos atentaremos aos instrumentos culturais da Vale e suas estratégias, projetos e atuação nos territórios, tendo como abordagem principal o Instituto Cultural Vale, destacando o Memorial Minas Gerais Vale, o Centro Cultural Vale Maranhão e a Casa da Cultura de Canaã de Carajás, mostrando como a mineradora organiza a vida cultural nos territórios na tentativa de neutralizar as diferentes formas de organização que mostram o lado perverso da exploração e espoliação da mineração nestes territórios.

Por último, no terceiro capítulo, traremos das falas, com entrevistas, desde os territórios que resistem e se organizam para debater e se formar frente às contradições vividas cotidianamente a partir dos grandes projetos, sobretudo aqueles atravessados pela Estrada de Ferro Carajás e os projetos da mineradora Vale.

Pra começo de conversa...

O Brasil é um país minerado há aproximadamente 300 anos. O primeiro ciclo de extração mineral ocorreu no estado de Minas Gerais, foco de exploração dos bens minerais no país. Os primeiros saques minerais tiveram o ouro e as pedras preciosas como principais produtos, realizado no período colonial pela Coroa Portuguesa para atender a acumulação de metais preciosos na Europa, através da política econômica que ficou conhecida como mercantilismo.

A mineração era mais um bem estratégico brasileiro que passava a ser funcional para a nascente economia brasileira: débil, desigual e dependente. O objetivo principal era atender as potências econômicas europeias da época. A organização da indústria de saqueio mineral se confunde com a formação do Estado brasileiro, tendo como característica a negação e a exclusão do povo. Impõe-se enquanto face mais violenta e excludente da formação socioeconômica brasileira, associada ao Estado enquanto responsável pela violência legítima (institucional).

A Companhia Vale do Rio Doce – a Vale, fundada em 1942 por acordos perniciosos entre os governos da Inglaterra e Estados Unidos para fortalecer a indústria bélica desses países, passou, ao largo da sua história, sobretudo após sua privatização em 1997, a produzir um leque de atuação no plano cultural das comunidades no que diz respeito ao imaginário social do progresso e das cifras exorbitantes que foram despejadas nos festejos culturais populares.

Ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC), com atuação há quase 40 anos nos estados do Pará e do Maranhão, passando por 27 municípios e mais de 100 comunidades rurais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, a Vale tem como uma das principais formas de comunicação, projetos culturais que têm como finalidade a valorização da cultura tradicional nas comunidades. No entanto:

Em toda a cadeia produtiva da mineração executada pela Vale, seja ela destinada à exportação ou à produção interna, os impactos que causa à sua volta são sempre extremamente agressivos. E eles ocorrem desde a pesquisa até a extração, desde a derrubada da floresta nativa até a formação de “florestas” de eucalipto destinadas à produção do carvão vegetal [...] desde a construção de hidrelétricas até a contaminação das águas por fortes poluentes químicos, desde o transporte ferroviário do produto até a construção dos portos destinados aos navios que levarão o minério para o exterior (Pinassi; Gomes, 2015, p.23-24).

Ou seja, o discurso da empresa é o mais comum quando chega nas comunidades para realizar o seu projeto: trazer desenvolvimento, geração de emprego, valorização da cultura local. Porém, por onde passa o que deixa é um povo totalmente dependente, territórios empobrecidos, poeira, pó, violência e mortes.

A indústria cultural, uma das principais inimigas da classe trabalhadora e aliada principal das empresas de mineração, opera de maneira sistemática, pois compreende o papel político-ideológico e sua potência no processo de dominação de um povo, apropria-se dos aspectos mais aparentes da cultura proletária, retirando seu conteúdo subversivo e irreduzível, reivindicando-a para si, “proporcionando” à classe trabalhadora aquilo que lhe interessa: intervenções artísticas a partir de sua ideologia, levando a lugares longínquos aquilo que o povo muitas vezes desconhece.

No campo e na cidade, o projeto mineral chega com toda sua ideologia, principalmente através da arte e expressões culturais, tendo como fundamental alvo a juventude, já que essa categoria é uma das mais atingidas pelos grandes projetos minerários e a falta de oportunidades e vivências artísticas e culturais vivenciada nesses lugares é tão grande que essas empresas, com o discurso de desenvolvimento, oferecem cultura – à sua maneira – porque sabem que o povo tem sede não apenas de água e fome não apenas de comida.

Em matéria veiculada no portal Uol em outubro de 2020, a Vale anuncia, em meio à pandemia de novo corona vírus, o lançamento do seu instrumento legal cultural: o Instituto Cultural Vale que possui quatro museus e centros culturais - o Memorial Minas Gerais Vale, em Belo Horizonte (MG); o Museu Vale (ES), em Vila Velha (ES); o Centro Cultural Vale Maranhão, em São Luís (MA); e a Casa de Cultura de Canaã dos Carajás (PA). Uma empresa

comprometida com o desenvolvimento e a valorização cultural do povo brasileiro. Só que não.

Nunca esqueceremos, mas não é demais recordar. Em 5 novembro de 2015, a comunidade Bento Rodrigues, em Mariana – MG, foi completamente destruída com o crime provocado pelo trio Samarco/Vale/BHP. Foram mais de 80 milhões de toneladas de lama jogadas sobre a bacia do Rio Doce e conseqüentemente acabando com ele, deixando 19 mortos, e um mar de lama que avançou por várias cidades entre Minas e o Espírito Santo.

Mais recentemente, dia 25 de janeiro de 2019 é uma data marcante na história do Brasil. A barragem B1 na mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, se rompe em Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Um dos maiores crimes socioambientais já registrados em que cerca de 300 pessoas morreram, 259 corpos foram encontrados e 11 permanecem desaparecidos após 1 ano e 9 meses do crime.

Na região amazônica, entre o Pará e o Maranhão, diversos territórios indígenas, camponeses, urbanos e quilombolas são atravessados, de forma violenta, pela atuação da mineradora Vale. Um exemplo importante ocorre, desde o início da implantação do Projeto Grande Carajás, na Terra Indígena (TI) Mãe Maria, localizado no município de Bom Jesus do Tocantins – PA, este território do povo Gavião, teve seu cotidiano completamente modificado por conta da invasão da mineradora. O barulho, a terra cortada pela Estrada de Ferro, a expulsão e deslocamento para outra área dentro da TI provocou diversas formas de organização e de luta naquele território, mesmo diante da possibilidade de duplicação da ferrovia, concedida em 2012, o que provocará vários conflitos.

No Maranhão, a comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos, situada no município de Itapecuru Mirim, cotidianamente é impactada pelas ações da Vale. Os conflitos se dão desde o início da implementação da ferrovia, que passa por dentro do quilombo, provocando medo, coerção, violações de direitos socioambientais, poluição sonora, atropelamentos de pessoas e de animais.

Ao percorrermos comunidades e cidades de atuação da Vale, percebe-se um grande número de pessoas que sonham em ser trabalhadores da empresa, vestir a jaqueta verde, símbolo da mineradora. É um status valoroso ser trabalhador da Vale, mesmo que seja terceirizado.

Constrói-se, no imaginário da população, um apreço muito grande pela empresa. É meta de vida de muitos jovens, ao terminarem o ensino médio, ser trabalhador da Vale. Através de diferentes meios, tais como projetos diversos de cultura e arte, leva-se às cidades, comunidades, vilarejos a propaganda da empresa. É um processo hegemônico que vai se construindo no imaginário local, no consciente da população, as benfeitorias e o que se pode ganhar com a marca presente.

O conceito de cultura de Gramsci é fundamental para compreendermos a ação das empresas mineradoras e sua atuação através de programas culturais e artísticos em busca do pensamento hegemônico.

Cristina Bezerra, estudiosa de Gramsci, conceitua a cultura a partir do filósofo italiano como “o ordenamento de uma concepção de mundo, [...] um elemento de organização de ideias e de propostas de ação, [...] o fio que costura, ao longo de todo o bloco histórico, movimentos, valores, sentimentos, expectativas, etc. em torno de um mesmo projeto societário” (Gramsci, 2002b, p.139).

A hegemonia, à grosso modo, é o modo como o pensamento de uma classe é instalado e assumido pelas demais, com o apoio principal dos meios de comunicação. Criam na sociedade um discurso único e que deve ser assumido por todos como o certo (naturalização) e o ideal (consenso).

Para que se conquiste a hegemonia, sempre existe um processo de convencimento, de busca de consenso, com alianças que são construídas a partir de um projeto de sociedade que se baseia especialmente no elemento cultural.

No livro “Indústria cultural, hegemonia e educação” o conceito de hegemonia, a partir de Gramsci “é a capacidade de direção de uma classe sobre as demais, por meio da coerção (força) e do consentimento (ideias)” (Gramsci, 2002b, p. 30).

Segundo Gramsci, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se. Assim, a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo (Gramsci, 2002b, p. 65¹).

Para Raymond Williams (2011, p. 52), “a hegemonia satura profundamente a consciência da sociedade e possui a vantagem de enfatizar, ao mesmo tempo, a realidade da dominação”. Hegemonia é, portanto, o exercício do poder por uma classe através da cultura dominante, ou seja, a cultura contra hegemônica.

Conhecer como se estrutura a sociedade e o pensamento hegemônico de uma classe. Combater e construir a contra hegemonia, isso é, formas de contrapor o projeto hegemônico da

¹ Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/12420/8298> Acesso em: 25 abril 2021.

sociedade capitalista através de novas relações sociais que explicitem as contradições existentes no modelo hegemônico de sociedade.

Ou seja, criar uma nova forma de sociedade, revertendo as condições de miséria, desemprego e todas as injustiças cometidas pelo modo de vida capitalista. A hegemonia faz crer que tudo é estável e instala o pensamento único, a contra hegemonia mostra o contrário. A contra hegemonia é um processo que modifica a hegemonia a partir de um longo processo de formação de consciência do povo, da classe trabalhadora.

Um dos desafios centrais para o pensamento contra hegemônico consiste em alargar a visibilidade pública de enfoques ideológicos que contribuam para a reorganização de repertórios, princípios, e variáveis de identificação e coesão, com vistas à alteração gradual e permanente das relações sociais e de poder. Para isso, são fundamentais campanhas, mobilizações e pressões sociais por legislações que detenham a forte concentração do setor nas mãos de um reduzido número de corporações multimídias.

No Brasil, em especial, uma nação plural em seu sentido cultural, fica evidente que a contra hegemonia, ganha força quando formas comunicacionais para além do ideário formulado diariamente pelos grandes meios de comunicação e pela avalanche da indústria da informação que se estabeleceu pós advento da internet, extrapola em diversas expressões e linguagens artísticas.

Por isso a comunicação passa a compreender um sentido amplo, não só pelas suas linguagens e ferramentas, mas por tudo aquilo que pode produzir de contra hegemonia no estabelecido senso comum construído diariamente para adormecer a mente da massa. Nesse sentido, as expressões artísticas culturais sempre serviram para a construção e alerta da contra hegemonia em vários períodos da história. Assim, o campo das ideias é também espaço de trincheira prioritária na luta de classes e para disputa de um modelo de sociedade e na destruição dos aparelhos de hegemonia, como os meios de comunicação de massa e a escola que modela padrões de vida.

Assim, o conceito de contra hegemonia, vai contra a destruição social e ambiental de maneira naturalizada na sociedade pelo capitalismo, que legitima cientificamente todas as suas mazelas perante a sociedade.

Ou seja, a contra hegemonia tenta a construção de um indivíduo que possa se emancipar socialmente para além de um pensamento único e alienado diante de um processo de sociedade em que o sujeito não participa, é mero expectador.

Através das ideias citadas acima, pretendemos desenvolver a pesquisa em três capítulos: no primeiro, apresentaremos um breve histórico da mineradora Vale e a sua chegada e expansão pelas bandas da Amazônia. Além disso, destacaremos a importância estratégica da região para os grandes projetos de mineração, contextualizando a Amazônia e os seus diversos sujeitos, sobretudo no Pará e no Maranhão, a partir da década de 50 até os dias atuais. No segundo capítulo, o foco será conhecer as políticas culturais da Vale. Chega, expolia, desterritorializa. Para isso, utiliza a arte e cultura como meios fundamentais para se perpetuar no território como a empresa responsável, amiga da comunidade e quer só oferece coisa boa. Será? No terceiro capítulo, nós vamos pra pesquisa de campo para conhecer os efeitos da ação da Vale em cada território e as diferentes formas de organização popular e resistências.

Novos desafios foram sendo impostos diante da atual forma de organização provocada pela pandemia do novo corona vírus. A pesquisa que aqui se desenha e se propõe terá muito mais sentido quando pudermos adentrar os territórios, pisar no chão, conversar com os grupos organizados, conhecer os projetos de perto, escutar o que dizem as lideranças locais, o povo da arte e da cultura. Dessa maneira, pode ser que pelo meio do percurso, outras águas rolem. Não foi feito ainda o levantamento dos territórios em que faremos a pesquisa, à princípio, pretendemos conhecer o que faz a mineradora no estado do Maranhão, todavia, o modo como a mesma atua não se diferencia muito caso a nossa pesquisa seja feita no Pará.

2 “EU ESTAVA EM PAZ QUANDO VOCÊ CHEGOU”: HISTÓRICO DA MINERADORA VALE E A CHEGADA NA AMAZÔNIA

- Mãe, o que é minério?

- Boa pergunta, filha. Vamos lá. Minério é algo retirado do solo e do subsolo pra ser utilizado em celular, televisão, carro, casa, geladeira... A natureza é cheia de riqueza. Lá debaixo da terra - que é o subsolo - e também em cima dela - que é o solo -, a gente encontra minério, só que para virar tudo isso que te falei, ele precisa ser tirado, tratado e transformado. Aí, até chegar nesse processo, acontece muita coisa. Muitas vezes não há respeito com as pessoas, as comunidades, a natureza. Sabe os indígenas? Os quilombolas? O povo que mora na roça? As empresas que tiram o minério não os respeitam. Lembra do trem? Pois é, ele atravessa esses lugares e não deixa nada de bom, aí pra compensar e pra dizer que são bonzinhos, essas empresas oferecem projetos de arte e cultura, teatro, música, cinema, pintura pra poder convencer o povo de que eles estão ali para melhorar a vida das pessoas. Só que o minério não fica pras pessoas de lá, vai pra bem longe, pra China, pros Estados Unidos... Ah! E você vai escrever sobre isso, mãe? É, filha. Vou tentar! São muitas empresas, mas eu vou falar da Vale que é a que tira o minério lá do Pará e passa pelo Maranhão até chegar nos países que te falei. Boa sorte, mãe! Obrigada, Dan! (Autoria própria).

Na década de 40, o mundo passava pela II Guerra Mundial. Muitos países se movimentaram tanto produzindo matéria prima para subsidiar a guerra como para sobreviver economicamente a este período.

A Vale, à época CVRD – Cia. Vale do Rio Doce - uma empresa estatal criada em junho de 1942 durante o governo de Getúlio Vargas, no estado de Minas Gerais, despontava como uma grande potência na exploração de minério no Brasil. Apesar de oficialmente ter sido fundada em 1942, a história da empresa está ligada a outros acontecimentos. Como contado pela própria empresa, em 1908, dois engenheiros ingleses visitaram as instalações da CEFVM – Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas, para estudar a possibilidade de transporte do minério de ferro das jazidas de Itabira. A partir daí, criou-se a Brazilian Hematite Syndicate, transformando-se, em 1911, em Itabira Ore Company, a primeira empresa que explorava ferro na região.

Em 1939, foi fundada por seis brasileiros e um inglês – o proprietário da Itabira Ore Company - a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia e em 1941, sócios da Ore criaram a Companhia Itabira de Mineração. E foi a partir da junção dessas duas empresas que surgiu a Companhia Vale do Rio Doce. Uma empresa cem por cento brasileira, *pero no mucho*.

Os conhecidos Acordos de Washington foram assinados em 3 de março de 1940 e tinham como base central garantir a fundação de uma empresa de exportação de ferro. Os

acordos foram assinados pelos governos do Brasil, Inglaterra e Estados Unidos, este último foi o responsável pelo empréstimo de 14 milhões de dólares para a compra de maquinarias, equipamentos necessários à restauração de estradas de ferro (Vitória a Minas) e reestruturação das minas já existentes (Itabira e Porto de Vitória).

Nos acordos estava ainda previsto que o governo britânico tinha como obrigação adquirir e depois transferir ao governo brasileiro, sem qualquer restrição, todas as jazidas de minério de ferro que pertenciam a empresa Itabira Iron Ore Co. que estavam localizadas em Itabira e juntas somavam mais de 74 milhões de metros quadrados.

O Brasil deveria assegurar a produção, transporte e exportação de 1,5 milhão de toneladas de ferro anualmente a serem compradas por partes iguais entre os outros dois países assinantes dos acordos por um preço bem abaixo do mercado através de um contrato trienal ou até o fim da Segunda Guerra, finalizados o contrato ou a guerra, Inglaterra e Estados Unidos manteriam o direito ao minério, mas com preço igual ao do mercado. A empresa seria, ainda, administrada por diretores brasileiros e estadunidenses. Através trechos da poesia “*AO CAUÊ*”, Carlos Drummond de Andrade demonstra sua indignação sobre a mineração, como podemos ver a baixo.

Meu Cauê, se eu pudesse, se algum poder tivesse, são te veria sofrer [...] o teu cimo desabando ferro em lágrimas rolando das escarpas a correr [...] teu sofrer resignado, teu silêncio abnegado dão-nos bem uma lição: tua vida se acabando as indústrias aumentando, és do mundo a redenção! [...] (Carlos Drummond de Andrade).

A Ferrovia Vitória a Minas teve início em 1902 e provocou grandes paradoxos e impactos na vida dos Krenak, indígenas daquela região que lutaram incansavelmente contra a sua instalação. De um lado, o discurso de progresso, modernidade e crescimento econômico para a região e para o país, do outro, a luta contra a invasão e a resistência pela permanência e existência no território.

De acordo com Marina Mônica de Freitas, no artigo *A Vitória Minas e os índios dos sertões do leste*, o povo krenak não aceitou, “de modo algum, que seu território fosse invadido e atravessado pelo Guapo² dos Kraí³. Existiam Borun⁴ que tentavam parar o trem com as próprias mãos e acabavam morrendo” (Freitas, 2018, p.7). Depois, quando “perceberam que o

² Guapo era o nome que os Krenak davam à locomotiva. Na língua deles, guapo significa “monstro que vomita fumaça”.

³ Kraí, por sua vez, é uma referência aos não-índios.

⁴ Autodenominação dos Krenak.

trem era muito forte para se parar com as mãos, [...] à noite vários homens saíam na extensão da linha férrea para arrancar os trilhos” (Freitas, 2018, p.7).

Para Freitas, a ferrovia provocou desavenças e separação do povo Krenak, prevalecendo o discurso de desenvolvimento e modernidade, destruindo territórios, montanhas e povos.

A escassez de alimentos e a fome dos Krenak, a ausência nas matas de “caça e frutos para alimentá-los a todos” foi uma das consequências da “invasão” do território indígena pela EFVM. Os animais e os frutos que alimentavam os índios foram desaparecendo juntamente com as matas que lhes serviam de moradia, alterando (...) as paisagens, os habitantes dos Sertões do Leste e todo o sistema produtivo indígena, o que resultou em fome, doenças e de população (Freitas, 2018, p.7).

Uma trajetória que contradiz bastante com o compromisso principal da Vale: a vida em primeiro lugar!

2.1 A mineradora Vale aporta na Amazônia

Entre as décadas de 60 e 70, a Amazônia foi concebida, no imaginário popular para quem vive fora dela, como um lugar único, inabitável por seres humanos “civilizados”, uma terra com muita floresta, muita mata, pronta para ser desbravada, descoberta, “ocupada”, transformada, civilizada. “Uma terra sem homens para homens sem terra” foi um dos slogans para as construções de estradas e rodovias – a construção da Transamazônica foi um marco neste período - nessa terra além. Era preciso desenvolver a rica região que ocupa mais de 40% de todo o território nacional. Fonte de riquezas nacionais e cobiças internacionais, economistas do mundo inteiro voltavam seus olhares para esta região peculiar.

Bruno Malheiro, geógrafo, professor da Unifesspa – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – aborda o tema com bastante profundidade histórica, apresentando uma Amazônia a partir do olhar de quem é dela, provocando a discussão de uma região múltipla, diversa e como o Estado a projeta para dentro e para fora. Segundo ele:

A Amazônia, ou as Amazônias, para o Estado brasileiro, historicamente esteve/estiveram fora do Brasil. Parece soar estranha tal afirmação se a entendermos nas grades de uma noção de espaço apenas como distância física ou recorte de área. Mas se encaramos que o espaço é também um modo de ver, fazer e dizer, uma palavra, uma imagem, um símbolo, o esboço de um planejador, a imaginação de um presidente, começamos a perceber que, aquilo que representamos a partir de um lugar de olhar específico, muitas das vezes torna o que lhe é estranho, algo não existente, ou existente a partir de dados parâmetros que, quase sempre, não incluem os olhares, dizeres, fazeres e a imaginação dos lugares dos quais se fala (Malheiro, 2019, p.49).

A ideia colonizadora que rege o Brasil está impregnada e sobre isso o conceito de colonização interna se relaciona com a Amazonia quando, de um certo lugar, se determina o que, quando e como fazer em outras regiões, não importando quem por lá vive, como vivem e se organizam. Com o discurso de soberania e nacionalismo, grandes projetos são pensados para o bem maior, para o desenvolvimento nacional em detrimento ao local, desconsiderando a diversidade de povos e culturas.

Assim foi construído o imaginário da espoliação amazônica amparada pela lógica e crença de que o nativo é inábil e inapto para desenvolver progresso, pela retórica da distância nacional dos grandes centros, defendidos por um domínio territorial engendrado pelo Estado nacional militarizado. Os povos da Amazônia passaram a viver e conviver na condição de Estado de Exceção, que impossibilita sua reprodução social/cultural/econômica.

A concepção de espaço vazio traz em si a ideia de que os povos originários presentes no território não representam nada de significativo – para muitos nem gente seriam, pois não eram civilizados. Deste modo, a terra que habitavam não lhes pertenciam. A ocupação e transformação das terras em instrumento gerador de lucros deveria ser tarefa dos de fora da região em questão – ainda que isso nem sempre fosse falado explicitamente (Marques, 2019, p. 87).

O trabalho concreto realizado pelos povos da Amazônia foi de tal forma modificado para um trabalho abstrato que não lhe traz sentido à vida e a transformação da natureza ao seu favor.

A mineração, o agronegócio, as grandes hidrelétricas inverteram todo *modus operandi* da região, transformando também seu povo em mercadoria, ao vender sua força de trabalho e assim gerar mais valor ao capital instalado na Amazônia em forma de espoliação da natureza combinada com a exploração do ser humano controlando o território e se apropriando dos bens naturais.

2.2 O Programa Grande Carajás

Em 1967, abre-se um clarão bem no meio da Floresta Nacional de Carajás, sudeste do Pará. Era o lugar ideal para o abastecimento do helicóptero que leva os geólogos Breno Augusto dos Santos, Erasto de Almeida e João Ritter, que sobrevoavam a região em busca de manganês na rica Amazônia para fornecimento das usinas da US Steel, siderúrgica norte americana. Pois para a sua surpresa, o que encontraram foi ferro. E dos melhores. Aliás, o melhor do mundo.

Tamanha foi a surpresa que a partir deste momento, começaram as pesquisas sobre as possibilidades minerais da Floresta.

Bem dentro da floresta e por toda ela, viviam – e ainda vivem - os Xikrin. De acordo com a história contada por eles mesmos, encontrada em sua página na internet, eles viviam no céu! Um dia, dois curiosos meninos estavam caçando tatu, cavaram bem fundo que abriram um buraco no céu e avistaram a terra, um lindo lugar, um paraíso. Os meninos chamaram o povo para conhecer aquele lindo lugar e depois de muita conversa, decidiram habitá-la. Formaram um grande cordão, juntaram cordas, fibras, laços e desceram. Alguns membros que não desceram são vistos no brilho das estrelas, ou as fogueiras que acendem lá no céu.

Protegidos pelo rio Kateté, os Xikrin vivem há centenas de anos na região e viram seu cotidiano modificar com a chegada do progresso da Vale. De acordo com Maria Célia Nunes Coelho:

Sem sombra de dúvida, a CVRD – atual Vale (com suas associadas) e sua ferrovia quebraram regionalmente a simetria entre o antes e o depois de suas instalações. Elas vêm acarretando desestruturação e reestruturação do sistema espacial, mudando irreversivelmente a história e a geografia da região (Coelho, 1997, p. 76).

Todo grande projeto provoca mudanças e inquietações no território. Mais que isso, modifica a dinâmica do lugar, transforma a paisagem e o modo de vida. Por deterem maior poder econômico e a visão do todo, as empresas imprimem o que é “melhor” para o território, combinando tudo a partir de seus próprios interesses, elaborando estratégias de convencer a população das vantagens de receberem um grande projeto, que possibilita grandes transformações e desenvolvimento para o lugar, a vida das pessoas.

O modo como o capital se expande e a rapidez com que a sociedade capitalista necessita se organizar estão intrinsicamente ligados à forma em que a natureza é vista: apenas como mercadoria. Terra, água, solo, subsolo sempre terão a finalidade de lucro, não importando o que já exista de organização territorial. De forma violenta, os bens naturais são expropriados e quem existe no território ou adapta-se ou resiste coletivamente. Dessa forma,

[...] territórios antes preenchidos de simbolismo, vida e cultura são, simplesmente, transformados em espaços nulos, desprovidos de qualquer regra, vazios de direito, ou seja, espaços para os quais a possibilidade econômica da exploração apaga sua história e geografia (Malheiro, 2019, pg. 84).

Nesse sentido, destacaremos aqui o Programa Grande Carajás (PGC) e os desencadeamentos de sua instalação através da Estrada de Ferro Carajás (EFC) apresentando os sujeitos que atravessam esse percurso e as formas de organização e reorganização dos/nos territórios.

O Projeto Ferro de Carajás, sistema integrado: minha, ferrovia e porto, deu origem ao PGC. O PGC entra em ação em 1980 para gerir um aglomerado de projetos, baseado em decretos institucionais, garantidos perante o Estado, neste início foram investidos cerca de US\$ 60 bilhões de dólares para a região da Amazônia Oriental.

Para a efetivação do PGC, na década de 1980, o governo federal recorreu a altos empréstimos em instituições financeiras tanto nacionais, quanto estrangeiras. Tal investimento priorizava a construção de infraestrutura básica: rodovias e ferrovia, como também a reforma de portos e aeroportos (Penha; Nogueira. 2015, p. 5).

O Programa foi responsável pela construção da Ferrovia Carajás-Itaqui, com 892 Km, e as instalações do Porto de Ponta da Madeira em Itaqui, próximo a capital São Luís do Maranhão, além de incentivo à instalação de siderúrgicas para a produção de ferro-gusa, nos municípios de Marabá (PA) e Açailândia (MA).

Tinha ainda a função de acompanhar o projeto Trombetas de exploração da bauxita em Oriximiná (PA), era ainda responsável pelo projeto de transformação da bauxita em alumínio, através das empresas Albras/Alunorte em Barcarena (PA) e Alumar em São Luís (MA), além da implantação da infraestrutura e construção da Hidrelétrica de Tucuruí, a construção da Transamazônica e manutenção de rodovias federais, como a Belém – Brasília (BR 010).

2.3 Olha o dragão de ferro passando, olha as marcas de destruição: o trem da Vale e seus atravessamentos.

Um trem de ferro é uma coisa mecânica, mas atravessa a noite, a madrugada, o dia, atravessou minha vida, virou só sentimento (Adélia Prado).

O Corredor de Carajás, ou Estrada de Ferro de Carajás, faz parte do processo logístico da mineração da empresa Vale, fundada em meados de 1984, que abrange os estados do Pará e Maranhão. É o maior trem do mundo que sai de Carajás (PA) e vai até o porto de Itaqui em São Luís (MA).

“Ele tem 330 vagões, puxados por quatro locomotivas, com quase 3.500 metros de extensão. Pode carregar 40 mil toneladas em cada viagem, num percurso de 892 quilômetros, demorando quase dez minutos para passar por inteiro” (Pinto, 2018, np). No entanto, ele poderá aumentar, pois a mineradora Vale está testando um novo trem, com quase o dobro do atual. São 660 vagões, 110 por cada trem, que podem transportar 68 mil toneladas por viagem.

Atravessando os estados do Pará e Maranhão, o Corredor de Carajás determina a dinâmica espacial, social, econômica e cultural por onde passa. São 27 municípios e mais de 100 comunidades que diariamente convivem com o dragão de ferro. Uma diversidade de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas tiveram seus territórios em disputa através de novos códigos impostos pelo grande projeto de mineração da Vale.

Portanto, o histórico da Vale, vai da criticidade de Drummond a Adélia Prado, poetas mineiros de renome nacional e internacional. Em ambos, a territorialidade remexida com a chegada da empresa aos territórios está exposta entre conflito, desespero e um progresso que só se anuncia, nunca se faz real. Essa dívida da natureza: os minérios, outrora promessa de reversão em benesses para população, se converte, com a instalação da Vale nos municípios, em conflitos sociais, destruição de outras formas de economia, formulando novos códigos civilizatórios baseados na implantação de uma sociabilidade fragmentada, onde antes imperava o coletivo, nas transformações ou inversão do papel social do sujeito na sociedade.

É o caso dos indígenas que não podem mais viver da coleta da floresta ou da caça com seu modo de vida, agora aluído em meio aos ruídos de um trem interminável sem horário e um trilho cortando onipresentemente sua vida, que é seu território.

Os quilombolas que não podem mais viver sua espiritualidade pela presença constante da mineradora em seu espaço de reprodução social, seja pelos intrusos funcionários da Vale, destacados para realizar diálogos e contatos diretos com as comunidades, seja pela presença estrutural e massacrante do corredor logístico da empresa.

No histórico da Vale, todo esse espectro de destruição se faz prática, método e sentido de dominação. Na sua forma de existência, a implantação do caos e a administração do mesmo, como um ente resolvidor de problemas das comunidades se tornou hábito dos tempos de sua condição estatal e continuou incessantemente na sua atual máquina privatizada de pilhagem da natureza.

Depois desse primeiro capítulo de sua história, a Vale ganha poder de ampliação com a descoberta das jazidas de ferro em Carajás, no Pará. E começa a operar na serra norte de Carajás na década de 1980.

Passa a ser então, a maior produtora mundial de minério de ferro e segunda no mundo quanto ao níquel. A Vale extrai e vende muitos outros minérios, além de escoar outros preciosos bens da natureza. Possui um poderoso sistema de logística, pelo qual comercia com dezenas de países no mundo.

Os impactos das operações da Vale são violentos: utiliza 1,2 bilhões de metros cúbicos de água por ano, correspondentes ao consumo médio de água de 18 milhões de pessoas, de acordo com a Agência Nacional de Água - ANA.

Em 2009 despejou em rios e mares 114 milhões de metros cúbicos de efluentes industriais e oleosos: é o mesmo volume da água que o rio Amazonas despeja no mar em 12 minutos. A isso acrescenta-se a poluição do solo e do ar, bem como o impacto do inteiro ciclo de siderurgia que no Brasil deve-se à instalação dos programas de mineração: somente no corredor de Carajás, as empresas siderúrgicas estão queimando a cada ano 3 milhões de toneladas de carvão, correspondente a 550mil hectares de floresta amazônica que por décadas foi sacrificada ao preço do desenvolvimento⁵.

Tudo isso é a Vale, por trás da maquiagem garantida por 180 milhões de R\$ aplicados em propaganda a cada ano para pintar de verde e amarelo uma empresa que não é mais brasileira e nunca foi sustentável.

Por fim, desde seus primórdios a Vale soube muito bem atacar o metabolismo social das regiões onde minera, causando fissuras e transtornos que levassem a sua dominação plena, a um pensamento único mineral, criando um sistema homogêneo de comunicação e cultura em torno de suas estratégias de convencimento.

2. 4 A Privatização da Vale

O neoliberalismo, ideologia capitalista predominante a partir da década de 70, fincou os pés no Brasil no final dos anos 80 e início dos anos 90. Suas principais características, são a privatização de estatais e serviços públicos, liberdade individual e de mercado, desmantelamento de sindicatos, flexibilização de leis trabalhistas visando a acumulação do capital.

O Brasil viveu uma onda de privatização de estatais com a alegação de que com suas vendas, se resolveria a dívida externa. No entanto, de acordo com Ivo Lesbaupin professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em entrevista para o Instituto Humanista Unisinos em 2007, “a dívida externa passou US\$ 148 bilhões para US\$ 248, entre 1995 e 2002, e a dívida interna foi de R\$ 62 bilhões para 662 bilhões, no mesmo período”.

Foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e com a justificativa de que a empresa estava com déficits em suas contas, que, em 1997 a Vale foi leiloada e vendida por R\$

⁵ Documento produzido pela Articulação Internacional de Atingidos pela Vale (Dossiê dos Impactos e Violações da Vale no mundo).

3,3 bilhões. A empresa movimentou em 1995, dois anos antes de ser privatizada cerca de R\$ 5,5 bilhões, caindo por terra o principal argumento para sua venda.

A privatização da Vale, em 1997, subavaliou de até 74% o valor de suas reservas, com prejuízos de bilhões para o patrimônio público. A empresa valia 40 bilhões de dólares, mas foi vendida a um preço 28 vezes inferior. Por isso, 69 processos judiciais contestam a privatização da Vale. Este processo provocou diversas manifestações e ações por sua reestatização, com bastantes críticas ao governo entreguista e contra a soberania nacional.

De acordo com dados do portal de notícias da Globo, G1, no segundo trimestre de 2020, ano de início da pandemia do novo corona vírus, a Vale registrou lucro líquido de R\$ 5,289 bilhões, já no terceiro trimestre, a mineradora obteve lucro de R\$ 15,615 bilhões, no mesmo período em 2019, o lucro foi de R\$ 6,5 bilhões.

Nos três primeiros meses de 2021, a mineradora registrou um **lucro líquido de US\$ 5,546 bilhões**, uma **alta de 2.220%** em relação ao resultado de US\$ 239 milhões obtido no mesmo período do ano passado (Durão; Gomes, 2021, np).

Em recente notícia sobre o setor mineral, o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) apresenta o saldo referente ao ano de 2021, suas baixas e crescimento, bem como o recolhimento de CFEM nos principais estados minerados. Segundo estimativas do IBRAM,

[...] a produção mineral brasileira em 2021, em toneladas, cresceu cerca de 7% em relação a 2020, passando de 1,073 bilhão de toneladas para 1,150 bilhão de toneladas estimadas. Em 2021, a variação de preços das *commodities* no mercado internacional impulsionou o faturamento do setor em 62%, na comparação com 2020, crescendo de R\$ 209 bilhões para R\$ 339 bilhões (IBRAM, 2022).

Ainda de acordo com a publicação, o minério de ferro é o carro chefe da mineração brasileira, sendo Carajás seu principal produtor de *commodities* minerais, tendo a Vale uma estrutura gigantesca que se esparrama pelos territórios no ato de retirar o minério de ferro nas entranhas do subsolo. Ou seja, para arrecadar as cifras de 250 bilhões de reais, a parte majoritária advinda da espoliação de minério de ferro do país em 2021 vem do Pará, transformando o corredor de Carajás, territorializados em 900 km no Maranhão, como um braço da indústria moderna mundial ao circular o maior trem do mundo carregando *commodities* minerais para conversão em produtos, os mais diversos, na China, na Malásia, no Japão para serem jorrados aos mercados consumidores mundiais.

2.5 “Como é feliz nosso povo... Na propaganda...”

Neste tópico, faremos dois temas para a compreensão das estratégias da Vale na cena cultural: o trabalho, trazendo alguns dados sobre os trabalhadores deste setor, e a cultura, relacionando conceito e iniciando o debate da nacionalização do internamente da mineradora Vale. Ou seja, faremos uma discussão a partir de como a Vale trabalhava o tema da cultura com seus trabalhadores e depois como ela volta seu olhar para os territórios onde atua.

A mineração emprega diretamente, segundo dados do IBRAM, 180 mil pessoas, cada um desses empregos gera mais 3,6 postos de trabalho, totalizando 651 mil vagas.

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) considera o setor minerário como o mais perigoso para os trabalhadores atualmente. Esse segmento é o que mais adocece, mutila e enlouquece os trabalhadores. O cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras deste setor é marcado por jornadas exaustivas, baixos salários, insegurança e acidentes. Marta de Freitas, coordenadora do Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador e especialista em saúde do trabalhador aponta que o setor possui mais de 1 milhão de trabalhadores, no entanto, apenas 20% são empregos diretos, os outros 80% são terceirizados. A terceirização implica no modo precarizado com o que são tratados esses trabalhadores, principalmente em casos de acidentes fatais, nos quais os direitos dos que são empregados diretos são diferentes dos direitos dos terceirizados.

Em Mariana, dos 14 trabalhadores mortos, 13 eram terceirizados. De acordo com a pesquisadora:

Além do salário menor, os terceirizados também não têm os mesmos benefícios que os trabalhadores da empresa mãe, como vale alimentação, auxílio médico, fundo de pensão, etc. Por causa dos salários muito baixos, os terceirizados geralmente acabam dobrando suas jornadas de trabalho, então ele tem um excesso de horas-extra, e geralmente trabalha mais de 48 horas semanais. Ou seja, ele perde o convívio familiar, perde o lazer e em muitos casos perde até mesmo as férias (Freitas, 2019, p. 15).

No caso de Brumadinho, o número de mortes de terceirizados é superior às de trabalhadores ligados diretamente à Vale. Supostamente a vida do terceirizado vale menos. Com a mudança nas leis trabalhistas em 2017, se o funcionário que faleceu ganhava 3 (três) mil reais, por exemplo, a família receberia até 150 (cento e cinquenta) mil reais. Mas se for a família de um gerente que ganhava 10(dez) mil reais, aí já seriam 500 (quinhentos) mil reais.

O desrespeito das mineradoras resultou em 37.478 acidentes, entre 2012 e 2018, o que equivale dizer que, por semana, em média 100 trabalhadores mineiros são vítimas de acidentes

no trabalho, uma parcela destas vítimas teve que se aposentar por invalidez ou morreu enquanto buscava o seu sustento. Ou seja,

[...] sob determinadas condições, nas sociedades contemporâneas, que primam pela flexibilização, intensificação dos processos exploratórios, ligados aos descumprimentos da legislação trabalhista, acentua-se ainda mais a degradação do trabalho (Junior, 2017, p. 13).

Há um acontecimento histórico interessante envolvendo trabalhadores da mineração e a cultura que vale ser mencionado aqui. Trata-se de um dos elementos mais constitutivos da cultura brasileira: o futebol – um esporte popular e das massas.

Desde a construção da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas (CEFVM) em 1902, os trabalhadores ferroviários junto aos ingleses, tinham a tradição de jogar futebol. A partir de 1942, com a Vale (à época CVRD) que já estava à frente da CEFVM, moradores trabalhadores da mineradora em Itabira – MG, criaram o Valério Doce Futebol Clube, retomando o antigo hábito iniciado em 1902.

Nos anos que seguiram, foram criados outros agrupamentos futebolísticos dessa vez por iniciativa das empresas, como a Associação Atlética Vale do Rio Doce, a Vale, em 1943. O Ferroviário Sport, em 1945, outro time criado pelos funcionários mineiros em 1951 foi o Esporte Clube Guarany e, em 1957, fundaram a Associação Atlética Cauê.

Muitos desses times participaram de campeonatos estaduais. Com isso, fazia-se propaganda da empresa. Por exemplo, a Associação Atlética Vale do Rio Doce (Vale), chegou a ser vice-campeão estadual no ano de 1948. Porém, para obter os melhores jogadores em seu time, ofereciam, para os jogadores dos times pertencentes às concorrentes, os melhores empregos na empresa.

Para fins de estabilizar a relação com os times, sanar a rivalidade e a forma como algumas empresas cooptavam os jogadores, houve a proposta de fundir todos em um só grêmio, fato que ocorreu em 1963 com a criação da Associação Desportiva Ferroviária Vale do Rio Doce. Como parte da proposta unificadora, em 1966, a CVRD inaugurou um estádio para mais de 30 mil torcedores. A assembleia que deliberou a greve de 89, por exemplo, ocorreu dentro do estádio e logo depois, houve um declínio do time Valério do Rio Doce.

A Desportiva era bancada pela empresa e por seus funcionários, que tinham descontos mensais em suas folhas de pagamento e disputava, de forma desigual, com o time tradicional capixaba, Rio Branco, fundado em 1913.

Dessa forma, é possível verificar que a empresa, desde o seu início, buscava formas de dominação cultural, sobretudo na formação de times, provocando rivalidades e fragmentação

de seus funcionários a partir de práticas de cooptação, organização de lazer comunitário, sendo a empresa onipresente.

Com a privatização da Vale em 1997, toda sua estratégia de ações culturais ampliou-se na sociedade. O seu processo de territorialização estava diretamente ligado à subjetividade, e como isso vai se constituindo? Era preciso voltar o olhar para os territórios, as necessidades do povo, as diferentes territorialidades presentes, para além de seus funcionários.

O controle de seus trabalhadores não era suficiente. Os conflitos estavam no privado, nos núcleos familiares, em outros espaços, nas comunidades. Era preciso criar outros espaços que dessem conta de controlar a vida de seus trabalhadores fora da empresa, uma prática que já vem desde o século XIX na Europa. A empresa criava bairros operários para seus operários e assim, poderia controlar todos os seus tempos através de outros espaços, feitos pela própria como igrejas, escolas, bares, colonizando o tempo dos trabalhadores. Em Parauapebas – PA, assim como em outras regiões do Brasil, a mineradora Vale criou a sua própria vila que fica bem no meio da Floresta Carajás, na serra, por lá a vida parece contos de fadas: casas bem feitas para seus funcionários do alto escalão, cinemas, teatros, melhores escolas, aeroporto... e onças que vez em quando podem atacar seus moradores... Não fica muito difícil saber o que fazem os trabalhadores quando não estão no espaço da empresa.

Pós privatização, a Vale inicia um processo de crescimento estrutural de maneira extremamente elevada. Agora privatizada e sob a égide do capital financeiro, aumentou o seu ritmo de extração mineral à construção de uma estrutura que foi adentrando os territórios: comunidades rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, etc. Portanto, de 2007 adiante, a Vale lança um novo programa Grande Carajás, o que inclui a duplicação da EFC, necessitando, ainda mais, de parte dos territórios para acomodar sua estrutura.

Isso teve como resultado, a supressão ainda mais da natureza, como a destruição de rios, cavernas, florestas, montanhas antes de uso fruto comum e público.

Além disso, mudou vicinais, estradas, cercou comunidades, vulnerabilizou povos indígenas e impossibilitou aos camponeses de se reproduzirem socialmente e de viverem de sua renda através da agricultura. Tudo isso numa região que vive diversos conflitos territoriais, aumentando a tensão entre esses sujeitos territorializados com a mineradora Vale.

Dessa forma, de meados de 2007 a 2018, quase semanalmente, a EFC era paralisada por protestos, cujas reivindicações do campesinato amazônico ora eram pelo não cumprimento da Vale pelos acordos feitos entre comunidades e empresas, ora pelo alto grau de acidentes (que citaremos mais abaixo) provocados pelo trem tanto pela sua duplicação quanto por sua circulação.

Isso levou a Vale a repensar sua estratégia de relação com as comunidades, ancorada na cooptação de lideranças, prática que vem desde quando era estatal, judicialização dos conflitos, ou seja, processar camponeses e lideranças que se organizavam e fechavam as ferrovias contra ela. E ainda, reforçou o seu aparato bélico privado, com a contratação de empresas privadas e ao mesmo tempo, recebeu apoio do estado repressivo brasileiro para dispersar mobilizações (o caso do massacre dos sem terra de Eldorado dos Carajás, em 1996, é emblemático e provada a participação da Vale) efetuando prisões de membros de organizações sociais.

Outra forma de domínio territorial praticada pela Vale, como exemplificamos o futebol, é o apoio cultural dado às comunidades onde ela atua. Passa então a estabelecer relações de troca desiguais, pois, ao mesmo tempo em que destrói o território, controla o tempo livre das comunidades através de cursos técnicos, oficinas artísticas de fotografia, pintura, dança, teatro etc. Fora isso, os cursos profissionalizantes que desenham o cenário do mundo do trabalho totalmente ligado a ela, criando, assim, um “pensamento mineral hegemônico e absoluto”.

Numa breve introdução sobre a Fundação Vale - que será abordada com mais profundidade no capítulo seguinte junto com o Instituto Cultural Vale – pode-se observar o poder exercido pela mineradora no que se refere à atuação nos setores de saúde básica, educação, “inclusão produtiva”, proteção social e estações conhecimento.

De acordo com a referida Fundação, a mesma existe há mais de 50 anos e sua principal missão é “contribuir para o desenvolvimento social dos territórios onde a Vale atua, por meio do apoio à educação, promoção da saúde básica, garantia de direitos e fomento de negócios sociais, fortalecendo as potencialidades das comunidades e respeitando as identidades locais”, apoiando projetos em mais de 50 municípios brasileiros nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

Com a finalidade de impactar positivamente os territórios onde minera, projetos são implementados, “apoiados para catalisar o desenvolvimento social, econômico e ambiental” como afirma em suas páginas.

Se tratando da cultura, esta é uma necessidade. Mais que isso, ela é a base fundamental da constituição humana, sendo o modo como vivemos, questionamos, refletimos e atuamos sobre a vida, sobre o mundo. Todo processo constitutivo do homem e da mulher deve-se à cultura e ao trabalho, pois, juntos, formam e transformam o ser social.

A cultura vai além das manifestações culturais de um povo, isto é, formas de expressões através de rituais, celebrações populares, escritas e de diferentes linguagens artísticas. A cultura

é, sobretudo, a base das nossas relações sociais. A partir dela, compreende-se a sociedade em todos os seus aspectos: econômico, religioso, político, histórico, social.

“Onde está a cultura”? Pergunta feita no vídeo institucional da Vale disponível em seu canal na plataforma online Youtube. O vídeo continua narrando, junto à bonita imagem de um garoto negro que se tornou músico após o incentivo cultural que lhe foi dado, uma menina negra de largo sorriso em um barco, mirando o horizonte cheio de oportunidades na dança, bem no interior de Mato Grosso do Sul. “A cultura está na história que pode ser preservada em museus, está nas mãos de mulheres ceramistas no Pará”.

Em todo canto a cultura se manifesta e provoca, aponta novos caminhos, preserva o passado, projeta o futuro.

De forma direta e com linguagem simples, a mineradora Vale chega aos olhos e ouvidos de milhares de brasileiros, que, muitas vezes, distantes da realidade minerária, acreditam no seu compromisso de transformar vidas a partir da cultura, porque sim, “a cultura é de todos”, como afirma Raymond Williams.

A partir dessa lógica, o modelo minerário de exploração, saque e espoliação, pode ser facilmente naturalizado, já que serve para o desenvolvimento local, sobretudo quando este oferece incentivos de continuidade e/ou elaboração de projetos, programas, acessos culturais.

Mas é interessante perceber, ainda, nos comentários do vídeo na página que analisamos, que muitas pessoas se voltam para as contradições da forma como a Vale se apresenta, lembrando os ocorridos em Mariana e, sobretudo em Brumadinho, provocando o quanto a empresa lucrou após estes crimes, uma cultura baseada em mortes e destruição.

Então, que tipo de cultura interessa à Vale? Que tipo de cultura ela oferece e chega ao povo?

2.6 “Nossa miséria produz o seu dinheiro”: o *modus operandi* da Vale e suas contradições no corredor de carajás

As mineradoras há muito tempo deixaram de ser meras empresas de extração de um bem finito da natureza. Com o passar do tempo, acoplaram ao seu *modus operandi* estratégias militares-ideológicas para adentrarem comunidades e se perpetuarem em regiões. Passaram então a ser um complexo mineiro-militar-jurídico-propagandístico ferrenho na sua forma de atuação, pois se não convence, aniquila o inimigo (aqui leia-se populações em contradição com o capital mineral).

Dessa forma, a força bruta dessa locomotiva tem levado a mortes por atropelamento de pessoas que vivem nas cidades e comunidades cortadas pelo trem. Do mesmo modo a morte de animais que cruzam a via férrea, além de provocar rachaduras nas casas por sua trepidação e um barulho infernal por conta do barulho dos vagões. Segundo informações da Rede Justiça nos Trilhos (JnT), foram 6, o número de mortos no Corredor de Carajás, entre os anos de 2017 e 2018. Ao todo, nesse período, ocorreram 11 acidentes: 2 abalroamentos (batida lateral de um veículo em movimento, num cruzamento), 6 atropelamentos e 3 descarrilamentos. Em dados mais recentes levantados pela JnT, entre 2017 e 2019, 15 pessoas foram mortas em acidentes de trem provocados pela empresa Vale. A rede Justiça nos trilhos é uma organização sem finalidades lucrativas que trabalha para fortalecer as comunidades ao longo do corredor Carajás e denunciar as violações aos direitos humanos e da natureza esponsabilizando Vale e Estado, prevenindo novas violações e reafirmando os modos de vida e a autonomia das comunidades nos seus territórios.

Justiça nos Trilhos expõe dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres, órgão responsável pela fiscalização do Corredor de Carajás, entre os anos de 2004 e 2016 ocorreram 124 acidentes no trajeto maranhense da ferrovia, ocasionando a morte de 26 pessoas. A maioria desses acidentes (76) foi de atropelamento. Alto Alegre do Pindaré aparece como um dos municípios onde mais se registram ocorrências de acidentes com vítimas fatais: cinco casos nos últimos 5 anos.

Diante desse cenário, as comunidades - que possuem uma pluralidade cultural extensa, indígenas, camponeses, ribeirinhos, quilombolas - passaram e se rebelar em constantes protestos, que muitas vezes recorria a interdição, com pneus queimados, do Corredor de Carajás.

De acordo com a JnT, várias são as formas de organização e luta utilizadas pelas comunidades em contradição com a mineração no Maranhão, entre elas, podemos elencar:

- a) Formação política com jovens e lideranças comunitárias;
- b) Pesquisas e produção de relatórios;
- c) Produções artísticas: teatro, música, poesia, pintura, etc;
- d) Fechamento da estrada de ferro e bloqueios de vias de trânsito;
- e) Denúncias a órgãos nacionais e internacionais;
- f) Seminários, conferências, atos em praças públicas, entre outros.

Frente ao descontentamento das comunidades, que foram invadidas por uma serpente de ferro, que corta seus quintais, suas escolas, igrejas, comunidades praticamente ao meio, a

Vale adotou várias estratégias no corredor de Carajás. Inicialmente a empresa se utiliza de formas de convencimento, que vão desde sequestrar a cultura local como “patrocinar”⁶ a festa mais popular do Maranhão, o Boi, colocando a Vale exaustivamente sua marca em todos os lugares das cidades, com uma mensagem subliminar de poder e onipresença.

Além de influir em currículos de escolas estaduais e municipais do corredor de Carajás, bem como a formação de professores, colocar a temática minerária como a mais desejada pela juventude que faz cursos técnicos e construir centros de lazer para comunidades. De maneira frenética, colocam propagandas em outdoor das cidades apresentando suas “benfeitorias”, anúncios em rádios e televisão ao longo do corredor.

Quando o inimigo começa a querer sair da linha e não se convencer mais, entra a judicialização que serve para produzir em série queixas crimes onde o estado do Pará e do Maranhão são os campeões e a população em torno do corredor de Carajás recebe, aos montes, a notificação por perturbar a paz da mineradora (fechar estradas, ferrovia em protesto).

Em 2015, um grupo de pessoas protestou, ocupando os trilhos da Vale na cidade de Marabá – PA, em solidariedade às vítimas de Mariana, entre eles, estava presente o professor universitário Evandro Medeiros. Diante disso, a Vale o acusou de liderar o movimento, processando-o pelos seguintes crimes: impedir ou perturbar serviço de estrada de ferro, Artigo 260 do Código Penal Brasileiro (CPB); e incitar publicamente a prática de crime (Art. 286 do CPB). No entanto, em julho de 2020, a juíza Renata Guerreiro Milhomem de Souza, da 1ª Vara Criminal da Comarca de Marabá, o absolveu por julgar a denúncia improcedente.

Junto a isso soma-se os processos de interdito proibitório, quando as lideranças locais recebem uma notificação da justiça para ficarem cientes que se houver qualquer manifestação na ferrovia, elas serão identificadas e processadas como responsáveis.

As formas de aniquilação do inimigo, quando nem a justiça resolve, perpassa desde a prática de pistolagem para assassinatos de lideranças, atuação de empresas privadas de segurança que passam a definir o que antes eram áreas públicas ou residenciais, em áreas privada da empresa ilegalmente (vicinais, estradas, ruas, parte de propriedades rurais, acesso a rios, entre outros) e tratar violentamente quem transita sem permissão da empresa por esses espaços.

Por fim, outra forma de aniquilação do inimigo que se dá no Corredor de Carajás, talvez a mais perversa, é a descaracterização sociocultural que pode abranger tanto o modo de vida de uma comunidade inteira, como também o modo de vida de um território indígena ou de um

⁶ Na verdade, patrocina com dinheiro público, pois ganham isenção de impostos para investirem nessas festas populares como forma de sequestrar símbolos culturais e fazer massivamente sua propaganda.

assentamento rural. É quando o ser é desgarrado pela ação proposital da empresa da atividade que o caracteriza socialmente em seu meio vivente.

Quando um indígena não é mais possibilitado de pescar, caçar, viver em coletivo, desenvolver suas crenças e ritos, pelos trilhos que cortou sua aldeia, ele perde seu “código civilizatório norteador” e então é facilmente destruído pelas mineradoras que implantam um outro código de vida para aquela população.

Muitas vezes, o coletivo ou o indivíduo participa desse novo código de vida, vendendo sua força de trabalho numa situação totalmente abstrata, ou seja, ele não se reconhece enquanto indivíduo e muito menos em coletivo na atividade que passa a exercer na sociedade imposta pelas mineradoras (Zonta, 2018, 163).

Isso explica, por exemplo, por que as cidades mineradas são as mais letais para a juventude e para as mulheres e o consumo de drogas e álcool é exacerbado na sociedade. Segundo o Mapa da Violência Contra as Mulheres (2012), os sete principais estados mineradores (Pará, Minas Gerais, Bahia, Goiás, Maranhão, Piauí e São Paulo) correspondem a 31,2% dos casos de violência do país contra as mulheres, de acordo com uma matéria do Brasil de Fato (2016).

Parauapebas, início do Corredor, por exemplo, é a única cidade do Pará que o primeiro item de consumo das famílias não são os alimentos da cesta básica, mas sim o álcool de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo dados da Polícia Civil da cidade de Parauapebas, aproximadamente 80% dos casos de violência contra as mulheres vem de funcionários da Vale, pelo alto grau de estresse do trabalho na mineradora.

Conforme a sentença de um juiz do trabalho da região (não podendo ser identificado aqui porque sofre perseguição das mineradoras), o funcionário da Vale em Parauapebas, onde está a Serra de Carajás, “vive para trabalhar e dormir e quando está de folga é um indivíduo que causa violência no coletivo em que vive abusando do álcool e da prostituição”.

Cidades como Parauapebas, antes uma vila indígena de Marabá, e que nasce com o Programa Grande Carajás, é um grande exemplo de um código civilizatório destruído para a implantação de uma sociedade minerária que é pura barbárie.

Por fim, podemos exemplificar outros casos de violência no corredor de Carajás que denotam essa descaracterização social, nesse caso de crianças-meninas em Bom Jesus das Selvas no Maranhão, a menos de 700 km de São Luís.

A cidade é cortada pelo corredor de Carajás, que está em processo de duplicação desde 2010. Uma cidade extremamente empobrecida que vive do comércio da beira de estrada,

serviços e agricultura de subsistência sendo considerado um dos municípios mais pobres do Brasil, conforme o último censo do IBGE.

Aquela região, com menos de dez mil habitantes, recebeu mais de 3 mil homens para trabalhar nas obras da ferrovia em meados de 2011. Logo, as crianças com 9, 10, 11 anos foram recrutadas em casas noturnas, para serem exploradas sexualmente.

Como crianças e sem discernimento do que é a exploração, cobravam pelos “programas”: bonecas, sandálias e vestidos. Crianças transformadas em objeto de abuso sexual, para o contingente de homens que chegaram na cidade.

A caracterização social do ser criança foi destruída pela sociedade minerária. Elas foram impossibilitadas de serem crianças e de se portarem como tal, porque ganharam uma nova função para aquela sociedade: mercadoria sexual. Assim é o conflito deflagrado no corredor de Carajás, hoje símbolo do saque mineral brasileiro e materializado na violência contra os moradores por onde ele passa.

3 OS INSTRUMENTOS MINERO - CULTURAIS DA VALE

João do Vale é um dos maiores nomes da cultura popular brasileira, ícone e patrimônio maranhense, compôs e cantou as mazelas vividas por ele mesmo e pelo seu povo. Nascido no município de Pedreiras em 1934, João Batista do Vale consagrou-se a partir do show Opinião, dirigido por Vianinha em 1964, com ferrenha crítica à ditadura militar. A música Carcará composta por ele e interpretada por Maria Bethânia, ganhou notoriedade nacionalmente.

Final de 2021, grandes artistas da cena maranhense rodavam as cidades cortadas pelo trem da Vale com o projeto cultural “Nas Trilhas do Maranhão” apresentando o musical “João do Vale: o gênio improvável” patrocinado pelo Ministério do Turismo e o Instituto Cultural Vale. O musical passou pelas cidades trilhadas pelo trem da mineradora: Arari, São Luís, Pedreiras, Santa Rita, Santa Inês, Açailândia, São Pedro D’água Branca, Alto Alegre do Pindaré, Buriticupu e Vitória do Mearim. Com o apoio de entidades locais, oficinas de linguagens artísticas eram oferecidas à comunidade como contrapartida.

Durante a apresentação da peça, eram convidados o prefeito, o diretor do espetáculo e um funcionário da Vale, responsável pelas relações com as comunidades para fazerem a abertura. Nas falas, a mineradora Vale se sobressai como agente provedor de cultura, uma espécie de aparelho reproduzidor de valores maranhenses numa relação dialógica de capturar os anseios da população tanto pelos costumes, como reproduzi-los em forma de histórias, seja de cidades, espaços públicos históricos, grandes artistas da região, músicas e comidas típicas. Tudo isso vira uma grande ação de sequestro de subjetividade social pela mineradora. Sua logomarca se torna onipresente em materiais (bonés, chapéus, canetas, broches, camisetas...), além dos espaços públicos com painéis com o a logo da empresa, sua marca é impressa e impregnada nos postes, outdoors, carros dos eventos, na comunicação oficial do Estado. Dessa forma, há um cerceamento cultural, um pensamento único, numa sociedade minerada e aculturada pelo mundo mineral e sua reprodução hegemônica de mensagens comunicativas e culturais.

O Piquiá de Baixo, em Açailândia – MA, é um território de resistência e que luta há mais de 15 anos pelo seu reassentamento. De acordo com a matéria “A lama que queima: compradora de minério da Vale faz vítimas no interior do Maranhão” de Thais Lazzeri para o Repórter Brasil, desde os anos 80, diversas siderúrgicas se instalaram naquela comunidade, trazendo para seu cotidiano pó e fumaça. Além das siderúrgicas Viena, Simasa, Fergumar, Pindaré e Gusa Nordeste, no bairro também está a estação de trem de passageiros e o entreposto da mineradora Vale. Muitos foram os casos de morte de moradores por problemas respiratórios causados pela alta taxa de poluição do ar. Crianças sofreram graves queimaduras e há até

mesmo casos de morte por uma substância a que se chama “munha”, resíduo inflamável do ferro gusa parecido com areia e jogado a céu aberto em estradas ou quintais dos moradores sem o mínimo de responsabilidade por parte das guseiras, já que nem com placas elas sinalizam.

Figura 1- Guseiras poluem Piquiá de Baixo.



Fonte: Arquivo do fotógrafo Marcelo Cruz.

Figura 2 - O que será o amanhã? Adolescentes observam a poluição vinda das guseiras.



Fonte: Arquivo do fotógrafo Marcelo Cruz.

A comunidade é coberta por fumaça, poeira, pó de ferro. A sua história foi contada através da peça “E ao pó voltaremos” em 2009 com um grupo de jovens JUPAZ – Juventude

pela Paz - apoiados pela Rede Justiça nos Trilhos (JnT) e dirigida por Xico Cruz, o espetáculo tratava da poluição e dos impactos causados provocados pelas empresas siderúrgicas. Outra produção teatral que retratava a luta do povo do distrito de Piquiá de Baixo, tendo como central a questão da água, foi o espetáculo “Somos todos água” com crianças e adolescentes sob a direção de Walison Melo. Além disso, em 2016, a pauta esteve nos arraiais juninos pela quadrilha Matutos do Rei com o espetáculo “Verdade e Amor se encontrarão, Justiça e Paz se abraçarão: uma história sobre Piquiá de Baixo”.

Figura 3 – 1ª Cenas do espetáculo “Verdade e Amor se encontrarão, Justiça e Paz se abraçarão: uma história sobre Piquiá de Baixo”.



Fonte: <http://dariocombo.blogspot.com>

Figura 4 – 2ª Cenas do espetáculo “Verdade e Amor se encontrarão, Justiça e Paz se abraçarão: uma história sobre Piquiá de Baixo”.



Fonte: <http://dariocombo.blogspot.com>

Figura 5 - Cena da peça “E ao pó voltaremos”.



Fonte: Arquivo do fotógrafo Marcelo Cruz.

Em 2011, o importante relatório **Brasil: quanto valem os direitos humanos? – Os impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e siderurgia em Açaíândia** descrevendo e analisando os impactos e danos causados pela atividade minero-siderúrgica no Piquiá de Baixo, publicado pela Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH), a Rede Justiça nos Trilhos (JnT) e a Justiça Global, sendo este o principal documento referência do caso.

Em finais de 2021, uma das maiores companhias de teatro de bonecos do Brasil, a Cia Carroça de Mamulengo que existe há mais de 45 anos, rodava diversas cidades do MA, apresentando o espetáculo “Janeiros” em comunidades onde muitas vezes, era a primeira vez que por lá chegava teatro. Junto com o espetáculo, o grupo ministrava oficina de contação de histórias e oficina de palhaçaria, tudo isso com o patrocínio master da mineradora Vale através do Instituto Cultural Vale e um dos lugares escolhidos foi o Piquiá de Baixo. Aparentemente a mineradora não precisou pedir licença pra chegar (o que não é nenhuma novidade). Certamente a arte não precisa pedir licença (na verdade, eu tenho dúvida quando faço essa afirmação).

É lindo demais quando as pessoas acessam a arte, é mágico, é emocionante, é um direito. Mas quando esta é uma ferramenta de entrada para a destruição do que ainda há de resistência

no território, nós devemos apontar as contradições. Não é sobre o grupo, é sobre a forma como a Vale adentra esses territórios.

Ao andar pelas ruas das cidades de Açailândia – MA e Marabá – PA (um pequeno exemplo), é possível encher os olhos com cores vibrantes, pinturas cheias de significado e críticas ao desmatamento, desigualdade, racismo, etc feitas por artistas da região, participantes de uma seleção promovida pela Vale, que selecionava artistas plásticos para realizarem seus trabalhos em espaços públicos, muros, passagem de nível. O projeto é o Arte em Cores que teve parceria com o Ministério de Turismo, Secretaria Especial da Cultura, Vivas Cultura e Esporte e parceria do Centro Cultural Tatajuba (Imperatriz - MA) e selecionou artistas plásticos profissionais e iniciantes nas cidades de Marabá, Tucumã, Ourilândia do Norte, Canaã de Carajás, Bom Jesus do Tocantins, Curionópolis e Parauapebas, todas no Pará, contemplando as cidades de Açailândia, Arari, Vitória do Mearim, Igarapé do Meio, Santa Inês, Alto Alegre do Pindaré e São Pedro da Água Branca, no Maranhão.

O edital é de 2020 e distribuiu 75 mil reais que foram captados por meio da lei Rouanet e previa, além de uma ajuda de custo de 1000 reais para cada artista no ato da entrega da obra, um *kit* com todo o material necessário para a elaboração da arte isto na primeira fase, além de uma intervenção artística coletiva – painel - em pontos centrais das cidades de Açailândia - MA e Marabá - PA, em que cada artista recebia o valor de 2.500,00 reais, na segunda fase do projeto, selecionando 10 artistas no total. O projeto contou ainda com formações técnicas de forma virtual e presencial.

Cada candidato assinou um acordo em que a participação no projeto implicava a autorização gratuita e definitiva do uso de imagem e direitos autorais.

Figura 6 - Caminhão que distribuía os kits aos artistas selecionados.



Fonte: <https://arteemcores.art.br>

Figura 7 - Sobreviventes. Obra selecionada da artista maranhense de Açailândia - MA, Lea Sousa.



Fonte: <https://artemcores.art.br>

Todas as obras selecionadas apresentavam temáticas críticas à espoliação da natureza a partir de queimadas, o lucro acima da vida e as desigualdades sociais advindas desse modelo.

Bruno Milanez e Rodrigues Salles (2019) nos apresentam as principais estratégias da Vale, que segundo eles, são fundamentais para compreendermos a sua movimentação. São elas: **estratégia de mercado** – a movimentação do setor e as empresas concorrentes, faz com que ela seja mais competitiva; **estratégia financeira** – investir menos em bancos e mais em acionistas; **estratégia institucional** – refere-se a sua relação com o estado; estratégia territorial – uma das estratégias mais importantes para o nosso trabalho por tratar de como a mineradora pensa e realiza suas ações nos territórios a partir de diferentes formas, entre elas, as linguagens artísticas, o controle “do espaço, dos recursos, dos bens e de pessoas”, além de, claro, a duplicação da EFC, nesta estratégia, ao mesmo tempo que a empresa se aproxima das pessoas, um território imaterial, ela isola, afasta – as de suas instalações, criando cercas, levantando muros, intimidando, processando, desapropriando e expulsando-as de seus territórios; **estratégia de relação de trabalho** – como já mencionamos anteriormente, em qualquer pequena cidade onde a Vale está, impera o orgulho de ser seu funcionário, mesmo que seja terceirizado, mas trata-se também de como ela cala seus trabalhadores organizados em sindicatos, seja através de intimidação, manobras anti sindicais, cooptação e vigilância, entre

outros; e **estratégia social** – esta estratégia apresenta a maneira como a Vale elabora diferentes formas de ser vista pela sociedade positivamente, sobressaindo-se suas ações voltadas à cultura e projetos de formação pedagógica, com parcerias com escolas e universidades públicas. O Instituto Cultural Vale e seus diversos centros culturais são exemplos.

Diante disso, elencamos abaixo o principal instrumento cultural da mineradora Vale – O Instituto Cultural Vale - e seus anexos, destacando aqui, o Memorial Minas Gerais Vale, por ser o estado origem da mineradora e um dos principais estados mineradores do Brasil, o Centro Cultural Vale Maranhão, destino final do minério da serra de Carajás que desembarca no porto Itaqui em São Luís, capital do Maranhão, e a Casa da Cultura de Canaã de Carajás, o lugar de onde, todos os dias, toneladas de minério enchem os mais de 300 vagões do trem que corta o Pará e o Maranhão pela Estrada de Ferro Carajás.

3.1 O Instituto Cultural Vale

Não Vale, arrancar meu couro, levar nosso ouro, sujar o rio, envenenar o ar.
Não Vale vim de lero lero, levar o minério e nos deixar na lama [...]. Trecho da música “mam”. (MAM e Cia Estudo de Cena).

A Fundação Vale é um dos primeiros instrumentos culturais da Vale e nasceu junto com a empresa como descrevemos no capítulo anterior. Primeiro atuando junto aos trabalhadores e em seguida, com ações voltadas para os territórios. Logo mais de 50 anos de existência, a empresa cria o Instituto Cultural Vale em 2020. De acordo com o referido Instituto, o mesmo fortalecer a atuação da empresa Vale na área cultural, “valorizar patrimônios, democratizar o acesso e incentivar diferentes expressões artísticas”, utilizando do importante conceito da cultura como transformação social, atuando em espaços como museus e centros culturais.

Sua atuação – em museus e centros culturais próprios, na preservação e valorização de patrimônios materiais e imateriais e nas múltiplas manifestações artísticas que realiza ou fomenta – está ligada à visão de que a cultura é instrumento de transformação social, capaz de gerar impacto positivo na vida das pessoas e construir um legado para as próximas gerações.

Em 2020, o primeiro ano de pandemia pelo coronavírus, a classe artística sofreu grandes impactos orçamentais. O que era difícil, apenas piorou e então, foi preciso buscar outros meios de se fazerem chegar ao público, lives, podcasts, redes sociais e a fundamental lei Aldir Blanc que possibilitou a criação de conteúdo online nestes tempos.

Diante disso, o Instituto Vale lançou, em 2021, a 1ª Chamada Vale de Incentivos Culturais, um edital nacional “distribuindo”, no primeiro momento, 20 milhões de reais, aumentando em seguida o valor para 25 milhões, contemplando 145 projetos dos quais 77 foram escolha direta e 68 pela 1ª Chamada Vale de Patrocínios Culturais, edital lançado em 2020, com valores que variavam de 250 mil a 2 milhões de reais. (Edital e lista final em anexo).

Um dos critérios que desclassificam os proponentes na chamada é aquele que porventura incentive “ações negativas à saúde ou ao meio ambiente”. Em 2019, com o crime da Vale em Brumadinho – MG, o rio Paraopeba, fonte de vida e alimento para a cidade e centenas de indígenas que vivem em seu entorno, foi completamente destruído após o rompimento da barragem B1 no córrego do feijão, além de ter matado mais de 270 pessoas. Ações negativas à saúde é possível perceber em territórios onde há projetos de mineração, são infinitos os casos de adoecimento mental, problemas respiratórios e de alcoolismo. De acordo com Vivian Alt (2015), a Organização Internacional do Trabalho_(OIT)

[...] considera o setor de mineração (de ferro, carvão, ouro, diamante etc) como o mais perigoso do mundo para se trabalhar atualmente. Segundo a OIT, a indústria extrativa é que mais oferece risco de acidente e até mesmo de vida, por ser a que menos oferece medidas de segurança aos trabalhadores (Alt, 2015, np).

Conhecido como “Óscar da Vergonha”, que avalia os impactos socioambientais de empresas, a Vale foi a grande vencedora, ganhando o prêmio de pior empresa do mundo, elaborado pelas ONG’S Greenpeace e Declaração de Berna, em 2012, por voto aberto ao público. E isso foi antes de Mariana e Brumadinho.

Consta como exigência também no edital, que, durante a execução, o projeto contemple ao menos 3 municípios onde a mineradora atua. É possível conhecer todos os municípios em que a Vale tem empreendimentos, nos estados de MG, PA, MA, ES, MS e RJ.

Como contrapartida, a logomarca do Instituto Cultural Vale deve constar em todo material de divulgação. O Instituto pode, ainda, utilizar o projeto selecionado em todo e qualquer meio de comunicação do mesmo. Para atividades promocionais, o Instituto poderá participar do projeto de outras formas, como em falas públicas, ensaios ou em qualquer outro momento do projeto.

Todo esse recurso foi captado pela Lei de Incentivo à Cultura, a popularmente conhecida Lei Rouanet (8.313/91) através do PRONAC (Programa Nacional de Apoio à Cultura) cujo objetivo é apoiar e direcionar recursos fiscais para projetos culturais.

O Instituto administra quatro espaços e museus nos estados do PA, MA, ES e MG sendo eles: Memorial Minas Gerais Vale (MG), Museu Vale (ES), Centro Cultural Vale Maranhão

(MA) e Casa da Cultura de Canaã dos Carajás (PA). Além dos centros e museus, o Instituto também oferece um programa de formação musical para professores e estudantes nos estados do PA, MS, ES e MG, é o Vale Música.

3.1.1 Memorial Minas Gerais Vale (MG)

Minas Gerais nasceu com a mineração ou a mineração nasceu com Minas Gerais? A história desse estado confunde-se com a história da mineração no Brasil. Das vastas montanhas às límpidas águas doces, diversos minérios são extraídos. Com uma história de mais de 300 anos de mineração, Minas Gerais que foi durante séculos, o estado mais minerado do Brasil, posto que perdeu para o Pará recentemente, carrega em seu solo as marcas da destruição provocadas pela atividade mineral, seja por crimes como Mariana e Brumadinho, ou mais atualmente pelas fortes chuvas e enchentes que isolaram cidades e comunidades onde há barragens – aliás, Minas Gerais possui mais de 400 barragens entre diques, hidroelétricas e rejeitos - seja pelo histórico de exploração do trabalho humano a partir da escravidão no século XVIII.

Frei Gilvander Moreira, numa matéria para o jornal Brasil de Fato em 2020, diz que “os lugares onde as mineradoras se instalam eram paraísos naturais, mas após a chegada das mineradoras iniciou-se um processo absurdo que sacrifica no altar do deus mercado a dignidade humana e a dignidade da mãe terra, da irmã água, da flora e da fauna” (Moreira, 2020). A exemplo disso, podemos conhecer um pouco da história de Bento Rodrigues, comunidade destruída pela lama da Samarco/BHP/Vale em 2015, na cidade de Mariana, pois ainda de acordo com Moreira, Bento Rodrigues

[...] era um “paraíso na terra”, mas após a mineração da mina de Fundão, estava sendo abastecida por caminhões pipas, antes de ser devastada pelo crime da Vale/Samarco/BHP que aconteceu na tarde do dia 5 de novembro de 2015 e continua impune e matando de muitas formas. Em um instante, 19 vidas de seres humanos foram ceifadas. Pior, dezenas de pessoas, em 5 anos, já morreram vítimas das consequências dramáticas daquele crime hediondo e ecocida (Moreira, 2020).

Contextualizo a partir dessa perspectiva para refletirmos que história é contada pela mineradora Vale no Museu que a mesma organiza em um estado como Minas Gerais.

Ao fazer um *tour* pelo site do Memorial Minas Gerais Vale, nos deparamos com uma programação de resistência, grupos da cultura popular como Meninas de Sinhá, o rapper Dexter

com punhos erguidos, e é possível conhecer a obra de Carlos Drummond de Andrade, poeta que, em suas poesias, aponta as glórias da atividade minerária e a destruição de suas memórias.

Um destaque interessante neste Museu é o Circuito Liberdade que engloba 22 espaços tais como bibliotecas, centros de formação e afins, dentre os quais 13 são administrados pelo estado de Minas e os demais têm a parceria público/privado, no entanto, todos os 22 são gerenciados pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais. Quer dizer:

Na relação com o Estado, seu poder econômico, muitas vezes, a torna “parceira-financiadora” de quase todos os governos municipais nas cidades em que atua. Porém, nos níveis federal e estadual, sua influência precisa ser mais estruturada, exigindo táticas mais sofisticadas, como o lobby e a porta giratória (Milanez; Sales, 2019, p.16).

3.1.2 Centro Cultural Vale Maranhão (CCVM)

No estado do Maranhão, a EFC corta cerca de 25 municípios e mais de 100 comunidades tradicionais entre rurais, quilombolas e territórios indígenas. Territórios de diversidade e resistência.

O CCVM (Centro Cultural Vale Maranhão), foi criado em 2017 e está localizado no centro histórico da capital São Luís com sede em um casarão colonial do século XVIII.

Segundo consta em sua página na internet, o principal objetivo deste espaço é dar oportunidades aos artistas de diferentes linguagens, mostrarem seu trabalho, bem como proporcionar ao público, diferentes vivências artísticas, preenchendo uma lacuna existente na capital. O CCVM realiza suas ações a partir de editais, exposições, oficinas e cursos, palestras, patrimônio e parcerias com eventos locais. É possível conhecê-las buscando seus relatórios anuais disponíveis no site e os quais anexo ao final do trabalho.

Na inauguração, estiveram presentes o governador Flavio Dino e Primeira Dama, o presidente da Vale Murilo Ferreira, vice-prefeito de São Luís Júlio Pinheiro, presidente do Iphan Kátia Boguea, diretora da Fundação Vale Isis Pagy e Paula Porta (idealizadora e diretora).

Por outro lado, no interior do estado, tomando como exemplo a comunidade quilombola Sítio do Meio, localizada em Santa Rita, para um dos moradores, jovem a quem denominarei “A”, que cedeu entrevista, a Vale é responsável por inúmeras dificuldades, às quais se destacam a precariedade de moradia, água e deslocamento. Apesar de realizar diversos projetos sociais na comunidade, como piscicultura, artesanato e na área ambiental, o jovem afirma que isso é apenas uma das estratégias da empresa para passar a imagem de “boa moça”, pois “dá com uma

mão e tira com a outra”. Segundo ele, a mineradora Vale, ao desenvolver esses projetos na comunidade, provoca cooptação, separação e divergências internas.

A Vale chega se aproveitando de nossas necessidades, não tem outra palavra para definir, uma vez que por falta de políticas, muitas das vezes não temos acesso a direitos básicos como educação, saúde, moradia digna. Aí ela chega prometendo renda pra todo mundo. É certo que às vezes tem alguém que ganha alguma coisinha, perto de não ter nada, praticamente já é alguma coisa. Mas são temporárias (Entrevistado A, entrevista realizada em 15 de setembro de 2021).

Ao invés de chegar como salvaguarda dos territórios, impondo projetos que ela julga importantes para o desenvolvimento da comunidade, a Vale deveria, a partir das palavras de “A”, “sentar com as lideranças pra saber o que a gente realmente precisa e não chegar com tudo pronto pra nós engolir”.

A comunidade Sítio do Meio possui 256 famílias e em 2015, os moradores fecharam a estrada que dava acesso ao canteiro de obras e através de muita luta, conseguiram conquistar um viaduto, evitando, assim, o maior risco de acidentes provocados pelo trem.

3.1.3 Casa da Cultura de Canaã de Carajás

A Casa da Cultura de Canaã de Carajás, é mais um espaço cultural da mineradora Vale e que fica no interior do estado do PA, na cidade onde está um dos seus principais empreendimentos, o S11D. Inaugurada em 2004, a Casa oferece diversas atividades formativas na área cultural e, de acordo com a referida instituição, a mesma trabalha suas ações a partir dos seguintes eixos: difusão cultural; sala de leitura; acervo histórico e escola de música, dança e teatro. Ou seja, é um lugar que organiza a vida cultural da cidade através de aulas de música, ballet clássico, flauta, violão, canto, workshops, cinema, exposições fotográficas, saraus, etc. Em 2021, a Casa da Cultura de Canaã de Carajás passou a ser filial do Instituto Cultural Vale.

3.1.4 Toma Lá, Dá Cá

Neste apartado, apresento alguns exemplos de como a Vale “dá com uma mão e tira com a outra” como bem afirmou acima o jovem quilombola “A”, de Sítio do Meio. Na verdade, é uma espécie de “toma lá, dá cá”, ou ainda “dá o tapa e esconde a unha”.

O primeiro caso é em Bom Jesus das Selvas, no interior do Maranhão. Em 2010, nas obras de duplicação da Estrada de Ferro de Carajás (EFC) a cidade recebeu mais de 7 mil

homens para trabalhar. O conselho tutelar da cidade relatou que houve, desde o início das obras de duplicação da ferrovia, um aumento significativo de gravidez na adolescência – de 13 a 16 anos – além de doenças sexualmente transmissíveis.

Segundo a própria secretaria de saúde do município, 25 pessoas foram diagnosticadas com o HIV positivo somente no início das obras. Cinco dos infectados tinha idade entre 13 e 20 anos, segundo dados da secretaria.

Em reportagem feita por Tatiana Merlino para a Pública, em 2011, a coordenadora do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Bom Jesus das Selvas, Miriam Alves Feitosa, traça o perfil dessas adolescentes, que majoritariamente, são de extrema de pobreza, estão fora da escola, vindas de uma numerosa família com cerca de 5 a 10 irmãos e sem estrutura familiar. Segundo ela, as adolescentes saem com os trabalhadores das empresas em troca de 30, 50 reais, ou até mesmo em troca de alimentação e roupas.

Em toda a cidade, não há asfalto, e as casas onde as meninas moram são de taipa, chão de terra batida, poucos cômodos, quase nenhum móvel, muitas crianças correndo para lá e para cá e várias mulheres grávidas, entre elas uma das meninas que faz programa, de 14 anos de idade e que não sabe quem é o pai do bebê. Nenhuma delas assume que o que faz é prostituição (Merlino, 2011).

A Vale, empresa que era a principal responsável pela exploração sexual de crianças e adolescentes bancava uma campanha de 200 mil reais anuais para que uma ONG da região fizesse cartazes, banners e camisetas contra a exploração sexual infantil.

Outro exemplo mais recente, trata-se do decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro favorável à Vale para destruição das cavernas na Floresta Nacional de Carajás. Na área de projeto S11D – complexo minerário que inclui mina, usina, logística ferroviária e portuária, considerado um dos maiores projetos da Vale, criado em 2016, em Canaã de Carajás – PA, com investimento de US\$ 14,3 bilhões – existem, segundo estudos de empresas de arqueologia e espeleologia, aproximadamente 175 cavernas.

Desde a década de 1980 é conhecida a existência de cavernas em Carajás, mas os vestígios arqueológicos começaram a surgir, nos últimos dez anos, achados por pesquisadores patrocinados pela Vale. Os estudiosos encontraram nelas material deixado por caçadores e coletores de frutos que habitaram a região a partir dos últimos 10 mil anos. São fragmentos de peças de cerâmica, como vasilhas e urnas, e pedras transformadas rusticamente em objetos de cortar, triturar, moer, defender e atacar.

Realizada em 2005 pela Scientia Consultoria Científica, empresa paulista contratada pela Vale, a prospecção no setor D de Serra Sul deparou-se com 22 sítios arqueológicos em 42 cavernas vasculhadas. Nesse momento essas cavernas poderão ser destruídas no avanço do

projeto S11D na Serra de Carajás com o decreto do presidente da república, Jair Bolsonaro. Ou seja, a Vale organizou e financiou diversos estudos e a revelações sobre as cavernas de Carajás para serem agora destruídas pela mesma.

Mas é esta mesma mineradora que tem uma grande parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com o qual realiza o projeto Horizontes de proteção, reflorestamento e uso sustentável da floresta de Carajás e seu entorno. Ou seja, a mineração destrói a floresta, mas não tem problema, o estado ajuda a arrumar a bagunça. O núcleo do ICMBio está localizado dentro da floresta da Vale, aliás, da Floresta Nacional de Carajás, onde a mineradora ostenta uma cidade para seus funcionários do alto escalão e sua família, local também da maior mina a céu aberto do mundo. Que, aliás, para chegar até lá, é preciso fazer um agendamento no Instituto, o qual designará seus técnicos/funcionários para uma visita guiada. As intervenções artísticas da Vale nos territórios, portanto, vão demarcando uma imposição, vão moldando uma forma de ver o mundo através da organização cultural da empresa nos territórios e suas estratégias junto ao Estado.

Além disso, vai postulando a mineradora como uma entidade provedora de serviços sociais, culturais, preventivos, como por exemplo, das campanhas de saúde, campanhas contra a exploração sexual infantil, contra a violência praticada às mulheres, contra atropelamentos nos trilhos onde passam seus trens, contra acidentes nas estradas por onde trafegam seus caminhões e carros oficiais ininterruptamente dia e noite. Ainda promove campanhas contra queimadas nas florestas, onde tem seus projetos, ou já foram cercadas pela própria empresa, como é o caso da Flona de Carajás, a proibição da caça de animais silvestres, alegando sua extinção, ao propagandear a defesa de rios e nascentes, e até mesmo cavernas.

Ou seja, há um calhamaço de intervenções da Vale no cerne da sociedade onde atua, justamente para despistar que ela é a única responsável por todas as mazelas às quais faz campanha contra. Diante disso, a gente se questiona: quem é que vai achar ruim ou falar mal da Vale? Ela neutraliza as muitas contradições através das inúmeras ações culturais.

Sebastião Salgado, renomado fotógrafo brasileiro, retratou, nos anos 80, os garimpeiros de Serra Pelada na luta e bravura nas minas de ouro. O maior garimpo à céu aberto do mundo, abrigava aproximadamente 80 mil garimpeiros vindos de todas as partes do Brasil, sonhando em mudar de vida ou “bamburrar” caso encontrasse pepitas de ouro. É famosa a fotografia de um forte rapaz que enfrenta o policial que o ameaça com uma pistola sob olhares atônitos dos demais garimpeiros.

Figura 8 – Garimpeiro enfrenta policial.



Fonte: www.mst.org.br

Figura 9 – Milhares de homens carregando material de minério para beneficiamento.



Fonte: www.incrivelhistoria.com.br

O formigueiro humano em busca de ouro ficou conhecido mundialmente através do olhar de Sebastião Salgado.

Foi ele também que mais recentemente teve o apoio da Vale na exposição fotográfica *Gênesis* que apresenta cerca de 245 fotos feitas entre 2004 e 2012. A proposta da exposição é mostrar a harmonia do ser humano com a natureza, ao mesmo tempo em que revela a fragilidade e a grandeza da terra.

Neste projeto, a Vale se coloca como a protagonista na defesa da natureza, uma empresa que vive harmonicamente com as comunidades onde atua, que leva desenvolvimento de forma pacífica e respeitosa, sem atritos, sem rachaduras, sem atropelamentos e mortes causadas pelo trem, sem cercas, com altos salários para os moradores das comunidades.

Sobre a exposição virtual, a Vale diz que o projeto “Gênesis”

[...] é uma ilustração artística de alto nível da missão, visão e valores de nossa empresa, bem como do seu compromisso com o desenvolvimento integrado nas comunidades em que atua ao redor do mundo. O projeto mostra que a coexistência harmônica entre o homem e a natureza é primordial para o equilíbrio do planeta e desempenha função informativa e educacional, motivando a preservação da natureza.

Figura 10 – Tribo indígena.



Fonte: www.achabrasilia.com

Figura 11 – Imagem de mulheres em tribo africana.



Fonte: www.achabrasilia.com

Para a Vale, apoiar e manter esse projeto com um artista como Sebastião Salgado, que foi um dos responsáveis, junto com Chico Buarque e José Saramago, pela compra do terreno para a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), escola do Movimento Sem Terra com sede em Guararema – SP - que inclusive é parceira da Unesp neste programa - através do *CD Terra* com fotografias de Salgado, texto de Saramago e músicas de Buarque, coloca a mineradora numa posição de empresa preocupada, de fato, com o desenvolvimento cultural, sobretudo quando este é um conteúdo crítico. Estar com Sebastião Salgado é uma forma de blindá-la do olhar crítico ao modelo de exploração mineral com a qual ela trabalha.

Figura 12 – Venceremos.



Fonte: <http://www.macfeira.wordpress.com>

Figura 13 – Camponês alfabetiza seu povo.



Fonte: www.amazonasatual.com.br

Figura 14 – Mulher camponesa na porta de casa.



Fonte: www.amazonasatual.com.br

3.1.5 Estação Conhecimento

Estação Conhecimento é uma iniciativa da Fundação Vale, que oferece projetos de desenvolvimento integral para crianças e adolescentes através de atividades nas áreas da cultura

(música, capoeira, danças regionais, danças clássicas, artes cênicas), educação, saúde, esporte e atendimentos psicossocial, além de robótica e informática. Configura-se como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sendo assim, é um mecanismo legal que capta recursos públicos para empresas privadas realizarem suas atividades sociais a fim de “diminuir” os impactos por elas causados. As Estações Conhecimento (ECs) estão presentes em Marabá – PA, Tucumã – PA, Ararí – MA, Serra – ES, Brumadinho – MG. A primeira EC foi inaugurada em Tucumã em 2008.

A Fundação Vale ressalta que o principal objetivo das ECs é proporcionar, a partir de uma formação integrada, o desenvolvimento dos indivíduos de forma sustentável, melhorando a qualidade de vida na comunidade.

Esse projeto foi ampliado para Moçambique, onde duas Estações estão em fase de implantação, e na Colômbia, onde uma unidade já está em funcionamento e outra em fase de implantação (VALE, 2009a).

É importante destacar as parcerias nestas ações da Vale com o governo federal através do Ministério da Cidadania, iniciativas privadas como Itaú Social através do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Wheaton (empresa brasileira de origem estadunidense que atua na produção e fabricação de vidros), as prefeituras municipais que sediam as Estações e organizações da sociedade civil e pública como os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Apresento abaixo alguns exemplos expostos por Zonta (2013), sobre cidades onde a mineradora implementou as ECs, suas atividades e a quais públicos ela dirige suas ações.

Era final da década de 1970. Marabá ao sul do Pará – sob intervenção da segurança nacional – ainda não for desmembrada nas várias cidades que viria a nascer pelos interesses políticos e econômicos, como Parauapebas, Curionópolis e Canaã dos Carajás. Numa fazenda, cravada na selva amazônica, no território marabaense, o vaqueiro Ademir cavalga despretenso pela fazenda de seu patrão, o senhor Genésio. Em meio à mata e uma coleção de montanhas, avista uma serra sem vegetação, pelada. Curioso pela diferença provocada pela natureza entre os cerros, decidiu subir ao topo. Guiou o cavalo em direção ao morro e quando chegou ao alto viu que a superfície reluzia num tom amarelado. Desceu do cavalo, olhou bem para aquele material e gritou: “é ouro”! Mais de 100 mil homens escutariam o grito do vaqueiro. A partir daquele momento se constituiria a Serra Pelada, a maior cava humana de garimpo manual do planeta. Quarenta anos após o início de sua exploração, Serra Pelada, hoje no distrito de Curionópolis resguarda a saga de uma massa de homens pela corrida do ouro no Brasil e coleciona histórias de violência e prostituição na sua intimidade (Zonta, 2013, np).

Curionópolis é um município do sudeste paraense, fica entre Marabá e Eldorado dos Carajás, que indo mais adiante se chega em Parauapebas, cidade onde está Carajás e a mina da

Vale, por essa estrada se chega também à Canaã dos Carajás. Pois bem, Curionópolis recebeu esse nome em homenagem ao major Sebastião Curió, que comandou o exército durante a guerrilha do Araguaia na região do Bico do Papagaio na década de 70, responsável ainda, junto com seus homens, pela guarita de Serra Pelada, onde era temido e endeusado pelos garimpeiros.

Nesta cidade, é contínuo o domínio da Vale pela Serra de Carajás, a chamada parte leste da serra, nome também do Projeto Serra Leste que consistiria na extração e beneficiamento de cerca de 107 milhões de toneladas de minério de ferro, segundo projeção da empresa.

A Serra Leste, manteve uma disputa histórica entre os garimpeiros e a Vale estatal e depois privatizada, pois é nessa faixa da região, onde estava justamente a cava de ouro da Serra Pelada.

A empresa só conseguiu garantir novamente essa parte da Serra de Carajás pelo conjunto de alguns elementos, entre eles o colapso do garimpo pela impossibilidade de continuar garimpando sem material técnico especializado conforme o rebaixamento da cava e a inundação no final dos anos de 1980. Pelas leis que passaram a existir contra o garimpo na Amazônia sancionada no início da década de 1990 pelo Governo Collor de Mello, em detrimento dos anseios das empresas que passaram a dominar a mineração de ouro na Amazônia.

Portanto, após a destituição do maior garimpo de ouro do Brasil, Serra Pelada, a Vale retoma seu domínio e começa fazer novos planos de mineração no início dos anos 2000, o que a leva planejar seus programas culturais para cidade de Curionópolis- PA. Uma dessas ações é a implantação da Estação Conhecimento na cidade.

Entretanto, conforme o projeto da parte sul de Carajás (S11D) se mostrava mais viável e lucrativo pra empresa do que o da Serra Leste, a Vale começa migrar seus esforços para Canaã dos Carajás, onde fica a Serra Sul.

A partir daí, a empresa abandona a Estação Conhecimento e todas as ações culturais/ sociais em Curionópolis, e quebra seu próprio slogan e promessa que prisma pelo desenvolvimento das comunidades onde atua, quando na verdade, ela está aonde lhe dá lucro, onde não, a Vale abandona e vai embora (Entrevistada B, entrevista realizada em 15 de setembro de 2021).

Curionópolis ilustra então aquilo que podemos caracterizar comumente nas grandes empresas e seus mega projetos: o “compromisso” com a comunidade é só até quando está lhe dá retorno. Quando isso acaba, o que fica é um lugar minero dependente, com estruturas inutilizadas, espaços e simbologias destruídos.

Cidades descartáveis. É isso. Esgotou a exploração, esgotam-se as possibilidades e iniciativas de trabalho e de ação em conjunto que poderia fazer ou que propagandeia quando está em fase inicial, aquela chegada com

mundos e fundos, num tem? (Entrevistada B, entrevista realizada em 15 de setembro de 2021).

É uma prática comum das transnacionais, das grandes empresas e seus mega empreendimentos: o descarte de seus trabalhadores, violência, a destruição do modo de vida, imposição cultural, desterritorialização.

Podemos ver que el capitalismo solo puede ofrecer bolsas de prosperidad a una población limitada de trabajadores y durante periodos de tiempo limitados, y que está dispuesto a destruirlas (como ha estado haciendo estas últimas décadas a través del proceso de globalización) tan pronto como sus necesidades y deseos excedan los límites impuestos por mor de la rentabilidad (Federici, 2020, p. 51).

Apesar de seu público geral ser de crianças e adolescentes, a EC de Marabá, por exemplo, atende jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade a partir dos serviços de atenção básica em saúde como atendimento médico e odontológico.

Em 2021, a rede de educação pública de Marabá, por conta do atraso no calendário vacinal contra a covid 19, acabou ficando desassistida, fazendo com que milhares de crianças tivessem seus cotidianos modificados pela nova dinâmica imposta pela pandemia. Com isso, a Vale, através da EC em parceria com o Cidade Escola Aprendiz, criou o programa Territórios Educativos, que oferecia acompanhamento individual para crianças, jovens e adolescentes a fim de evitar a exclusão escolar. Outdoors podiam ser vistos nos principais pontos da cidade, convocando os responsáveis para a retirada de material e até mesmo a matrícula em sua unidade.

O que é papel do Estado, a empresa faz com maestria. Apropriam-se de políticas públicas, que deveriam ser prestadas pelo Estado, que é, neste caso, a educação em tempo integral, que nenhuma prefeitura quer fazer, porque dizem que é caro, mas financiam os projetos da Vale. Os municípios pegam o recurso do governo federal via Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e, em parceria com a Vale, montam as Estações, mas o que aparece pra fora? A Vale! (Entrevistada B, entrevista realizada em 15 de setembro de 2021).

Em 2010, a Vale apresenta à comunidade rural de Parauapebas – PA, a Estação do Conhecimento da Área de Preservação Ambiental – APA - Paulo Fonteles - na comunidade Igarapé Gelado, um dos cinturões que cercam a flona de Carajás. O projeto propunha a geração de renda para 120 famílias locais que trabalhavam com agricultura. A proposta da mineradora era que isso ocorresse através da bovinocultura, avicultura, fruticultura, olericultura e piscicultura, além de um laticínio para o fornecimento de leite e produção de queijo.

No entanto, os moradores apresentaram queixas como descaso e abandono por parte da Vale, já que a mesma não cumpriu com o que prometera no projeto que seria, para a além do

apoio técnico, o atendimento em saúde, geração de emprego e renda, educação e incentivo à produção mecanizada. Sendo uma APA, a comunidade reclama ainda que a Vale não respeita a legislação, realizando queimadas e desmatamento, e, ainda, contamina as nascentes com rejeitos minerais.

Para cada município eles (a Vale) dão uma característica própria. Em Parauapebas, o viés era a agricultura familiar, mas o carro chefe? gado. Então todos os técnicos que são pagos pela prefeitura, quando questionados, afirmam: o futuro da Amazônia é a pecuária. Isso dentro de uma APA (Entrevistada B, entrevista realizada em 15 de setembro de 2021).

3.1.6 Programa Trilhos da Alfabetização

Este programa consiste na formação de cerca de 3 mil profissionais entre educadores e educadoras, técnicos, gestores nas escolas municipais dos 24 municípios maranhenses cortados pela EFC, o equivalente a aproximadamente 1.000 escolas, mobilizando estado, município e público a ser alfabetizado, isto é, estudantes do 1º ao 3º ano.

Sendo a Fundação Vale, o governador Flávio Dino esteve na cerimônia de lançamento em maio de 2021 e destacou a importância de iniciativas público-privadas, pois para ele, diante dos desafios impostos pela pandemia, o atual “governo se integra a este conjunto de ações com o vigor habitual para priorizar qualidade de ensino e de vida aos maranhenses” (Fundação Vale, 2021, np).

Mais uma vez, é notório como a mineradora Vale se apropria dos recursos do Estado e utiliza-se disso para aparecer como benfeitora na sociedade, propagandeando-se como uma empresa comprometida com o desenvolvimento social, cultural do povo.

Em janeiro de 2022, o Trilhos realizou uma formação sobre Educação Antirracista com para professores e professoras das redes municipais de todas as 24 cidades. Para a palestra, os convidados e convidadas eram professores universitários de federais da UFMA – Universidade Federal do Maranhão, UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro e da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que destacaram a importância da valorização dos povos negros e indígenas e de uma educação antirracista. A professora convidada Mônica Lima, da UFRJ, ao apresentar o caderno pedagógico, cujo lançamento ocorreu durante a programação da *live* “Trilhos da Alfabetização - Por uma educação antirracista”, exibida em janeiro de 2022 na página do Centro Cultural Vale Maranhão no youtube, e que será distribuída em todas as unidades escolares presentes na EFC, refletiu sobre como o racismo contribuiu historicamente para as desigualdades sociais, sobretudo no acesso a políticas públicas como

educação. Para ela, “as salas de aula de educação infantil elas são a primeira trincheira dessa luta tão importante, tão amorosa e que pode trazer tantos benefícios para todos e todas nós”.

Angela Davis, estadunidense, ícone da luta antirracista na década de 60/70 nos Estados Unidos e dos dias atuais, presa política, professora e feminista, nos ensina que não basta não sermos racistas, é preciso que sejamos antirracistas. Isto significa ir para além de discursos e formações, é necessário mudar as estruturas sociais, que mulheres e homens, crianças e idosos negros e indígenas estejam em espaços que historicamente lhes foram negados.

Ao mesmo tempo em que a Vale realiza estas formações, encabeçando projetos que debatem temas estruturais na sociedade, como é o caso dessa formação por uma educação antirracista, ela destrói as bases materiais da cultura negra que são os quilombolas e dos povos indígenas.

No estado do Maranhão, diversas comunidades quilombolas e territórios indígenas são atravessados pelo trem da Vale, causando impactos no modo de vida de seus moradores e diversos conflitos. Exemplos como mencionamos nos capítulos anteriores dão conta de quão árdua é a luta de quem convive com os grandes projetos de mineração ao longo da EFC, como é o caso do Quilombo Santa Rosa dos Pretos em Itapecuru Mirim onde vivem aproximadamente 600 famílias em 13 comunidades, às quais são Boa Vista, Pirinã, Barreiras, Leiro, Centro de Àguida, Fugido, Barreira Funda, Sítio Velho, Picos I, Picos II, Santa Rosa, Curva de Santana, Alto de São João, Matões, Fazenda Nova, Pindaíba e Conceição. Outro território quilombola maranhense afetado pela mineradora Vale é o Monge Belo que abriga 300 famílias em 8 comunidades – Monge Belo, Ribeiro, Bonfim 19, Santa Helena, Juçara, Frade, Teso das Taperas e Jeibará dos Rodrigues. Estes territórios foram ameaçados, violentados e perseguidos pela Vale durante a duplicação da EFC entre 2010 a 2015.

A Vale incorporou uma faixa de território de 40 metros de cada lado da (EFC) dos territórios quilombolas. E para tanto chegou a pedir judicialmente a impugnação do reconhecimento das terras como de remanescente de quilombo. As comunidades buscam desde 2005 o reconhecimento do território, prestes a receberem o documento do governo federal foram surpreendidas pela ação da mineradora (CARTA MAIOR, 2013).

Ou seja, apesar de importantes projetos e de estar alinhada com temáticas fundamentais para a transformação social, a realidade mostra o contrário. Dados do relatório de 2012 do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJV) apontam as cidades de Marabá e Parauapebas, ambas no Pará, e duas das mais mineradas no Brasil, como as que jovens entre 12 e 29 anos correm mais riscos de serem vítimas de violências. Não é muito difícil saber qual é a cor desses jovens.

Essas fundações e instituições fundadas pela Vale, nada mais são que órgãos criados na finalidade de administrar o caos gerado pela própria empresa. Foram criados justamente para captar, neutralizar e amortecer a gama de impactos perversos que a mineradora traz com a prática mineral altamente lucrativa em seu bojo espoliativo não só pela natureza, mas na exploração e mulheres e homens, de todas as idades que vivem nessa sociedade norteadas pelos valores do sistema destrutivo mineral.

4 “NO CÉU AZUL, AURORA JÁ CANTA”: RESISTÊNCIAS EM CARAJÁS

Figura 15 – Estrada de Ferro Carajás – PA a São Luís – MA.



Fonte: Instituto Humanista Unisinos (2017).

Passei a graduação inteira viajando no trem de passageiros da Vale entre 2006 e 2010. Eu morava em Açailândia - MA e estudava em Marabá-PA em regime de alternância o curso de Licenciatura em Letras pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em parceria com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Me acompanhavam nessa “aventura férrea” uma companheira que vinha da região de São Luís – MA e outros/as de áreas de assentamento do MST da região de Açailândia. Íamos de trem porque, obviamente, era a forma mais barata e mais rápida de chegar em Marabá. O trem, naquela época, era dividido em duas classes: executiva e econômica. Nós, claro, íamos na classe econômica. A classe econômica era a que mais lotava, não possuía ar condicionado e as poltronas não tinham forro (ao contrário da executiva), às vezes era mais vantajoso ficar em pé durante a viagem... As janelas eram abertas e você chegava ao destino com o rosto cheio de pó de minério, e, ainda, muitas vezes, poderia ser acertado por uma pedrada em alguns pontos por onde o trem passava. Tinha gente, gente, gente!

Com mala e cuia, com menina, menino, porco, galinha, a mudança toda dentro do trem. Eram famílias que saíam do Maranhão em busca de trabalho no Pará, principalmente em Parauapebas – PA. Em todas as estações, mulheres, homens e crianças ficavam à beira dos

trilhos, oferecendo peixe frito com arroz fresquinho, refrigerantes, frutas, água gelada em garrafa pet, milho assado e tantos outros “bandecos” para o povo da classe econômica que se esbaldava e enchia o bucho, já que a comida vendida dentro do trem, além de ser cara, era ruim, óh! Atravessadas pelo trem cotidianamente, as famílias que beiram os trilhos, “aproveitavam” para tirar o sustento da casa com a venda desses produtos. Era uma forma de movimentação financeira para as comunidades que sofriam com os impactos da mineração e que nunca (ou quase nunca) viam retornar alguma coisa especificamente dessa atividade, a não ser saldos negativos como rachaduras de casas, acidentes, poluição sonora e ambiental, tremor e medo.

Figura 16 – Vendedoras e vendedores oferecem refeições aos passageiros da classe econômica.



Fonte: <https://www.zedudu.com.br>

Em 2015, a Vale renovou o trem de passageiros, padronizando as classes econômica e executiva, com todos os vagões climatizados, e, portanto, com janelas hermeticamente fechadas, dando fim, assim, à atividade econômica de milhares de famílias que tiravam disso, seu sustento. Além disso, não é mais permitido o embarque com animais domésticos. Em 2017, a mineradora inaugura o Vagão Social para a realização de palestras, oficinas, recreação infantil e outros entretenimentos destinados aos passageiros do trem.

Figura 17 – Recreação infantil durante a viagem de trem.



Fonte: <https://www.vale.com>

Um trem de ferro não é apenas um trem de ferro. Como diz Adélia Prado, ele atravessa o dia, a madrugada, atravessa a vida. O atravessamento modifica a paisagem do lugar, muda a rota dos moradores, tira o sono, o sossego, desperta pra luta e pra resistência. Levanta questionamentos de quem antes olhava o trem apenas como uma “coisa mecânica”. O tempo do trem recorta os tempos do cotidiano das comunidades, amputa a possibilidade de realização do que era habitual, mas também das urgências. Quando um doente precisa passar pelos trilhos para ir ao hospital, na outra margem, ou para ser socorrido por quem está do outro lado, percebemos o real significado que sua passagem representa, uma vez que ele não desvia das sirenes da ambulância, não acelera com o grito de alguém, não para diante do desespero, enfim, seu fluxo e seu tempo, que operam em escala planetária, na compulsiva locomotiva do lucro, simplesmente desconsideram a horizontalidade e densidade de tempos sociais e trajetórias geográficas cotidianas das comunidades que atravessa. Pelo quintal, pela casa, pela possibilidade de passar, pela tranquilidade, pelo luto de uma morte, as várias comunidades têm sido forçadas a transformar seus lugares de vida em espaços de luta e resistência.

Os territórios se organizam de diferentes formas. Seja pelo direito de permanecer no seu lugar, seja para cobrar melhorias em escolas, estradas, construção de postos de saúde, enfim direitos básicos que em muitas comunidades são inexistentes.

Na região de Carajás, é comum comunidades quilombolas, territórios indígenas e povos do campo, ocuparem os trilhos da Vale como enfrentamento às múltiplas violações provocadas pela exploração minerária.

As trilhas do desenvolvimento abertas no coração da Amazônia por meio de projetos de mineração, não obstante sua luminosidade discursiva que as colocam num caminho de acertos, transformaram vidas humanas em objeto, povos e comunidades em extensões de uma natureza a ser dominada, mundos de vida em perigo e risco. Assim, essas trilhas são feitas de escombros, fragmentos de mundos despedaçados (Malheiro, 2019, p. 116).

Com a intensificação da extração, o caos social se instala, principalmente nas cidades mineradas, mas, também, em cidades e comunidades por onde o minério é escoado. Uma classe trabalhadora adoecida, à base de remédios, sem direitos trabalhistas garantidos, famílias inteiras desalojadas, debaixo de lama, de poeira e de pó, o aumento da violência contra as mulheres, principalmente com a chegada de um grande empreendimento. Como vimos anteriormente o que ocorreu em Bom Jesus das Selvas - MA, e isso acontece porque é um *modus operandi*. Apresento outro exemplo, de Minas Gerais. Com a implantação do mineroduto da mineradora Anglo American, de capital britânico, o duto Minas – Rio, que corta mais de 32 cidades e comunidades entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, estima-se que entre 2008 e 2014, houve um aumento de 270% em casos de violência contra as mulheres em Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais. Desse modo:

[...] a resposta periférica para o desenvolvimento capitalista está baseada na superexploração da força de trabalho e, conseqüentemente, na distribuição regressiva da renda e da riqueza, assim como no aprofundamento dos problemas sociais. (Carcanholo, 2008, p. 12)

Para situar melhor o leitor e a leitora dessa nossa pesquisa, trouxemos as falas de 4 entrevistados que vivem os dilemas e as contradições da atividade minerária no Corredor de Carajás entre o Pará e o Maranhão. Identificarei – os como **C, D, E, F e G** já que não os nomearei para preservar–lhes as identidades. São lideranças indígenas, quilombolas, camponeses, educadoras/es, dirigentes de movimentos organizados, que cotidianamente realizam ações de enfrentamento dentro e fora de seus territórios.

O entrevistado C nos conta sobre Canaã dos Carajás – PA, onde a Vale mantém o S11D, que mencionamos acima.

A Vale começou a comprar terras por toda Canaã dos Carajás, e foi expulsando camponeses de suas terras, foi acabando com a produção de leite, feijão, e mandioca, acabando com as feiras, o que foi criando muita miséria e as famílias morando na cidade sem emprego e sem ter condições de produzir nada a partir da terra. Canaã dos Carajás, era inclusive uma importante bacia leiteira, abastecia a região com feijão e com farinha de mandioca, além de ser uma cidade com muitas feiras, onde os produtores também vinham pra cidade vender seus produtos. Isso tudo sendo acabado por conta de uma reordenação espacial de controle da Vale, já que a cidade passou a ter o maior projeto de

minério de ferro do mundo, o chamado S11D (Entrevistado C, entrevista realizado em 15 de setembro de 2021).

O entrevistado C relata que essa situação gerou um fator organizativo entre aqueles que perderam suas terras para Vale e os sem terra e sem emprego que vinham de outras cidades do Maranhão e do próprio Pará, para Canaã dos Carajás em busca de emprego nesse novo projeto da Vale.

Juntou os que foram prejudicados e os atraídos pelo projeto, que na verdade emprega muito pouco, menos de 300 pessoas, pelo seu processo de mecanização e robotização da mina e começaram uma espécie de retomada da terra, ocupando várias áreas que tinham sido adquiridas pela Vale na justiça, e organizaram as famílias em forma de um acampamento, como a mesma pedagogia do MST. Estou falando de um processo que se iniciou em 2010, 2011, 2012 com a desapropriação dos camponeses pelo Estado em conjunto com a Vale, além de aquisição de terras públicas pela empresa. Já, a retomada da terra em forma de ocupação a partir de 2015, 2016. Pois bem, hoje tem centenas de família acampadas e produzindo, retomando as feiras, tendo assistência técnica e políticas proporcionada pelos movimentos sociais da região. Essas áreas foram pautadas novamente para fins de reforma agrária, passaram então a entrar em litígio e foi ganhando resistência de tal forma que em 2019, de todos os pedidos de reintegração de posse feita pelos latifundiários e a Vale no sudeste do Pará, que foi prontamente atendida pelo juiz da comarca responsável, deixou de fora os seis acampamentos de Canaã dos Carajás. Os demais todos sofreram despejos na semana do natal. Assim seguimos, o povo organizado, produzindo e tendo onde morar, sem passar fome na cidade (Entrevistado C, entrevista realizado em 15 de setembro de 2021).

Figura 18 - Famílias manifestam contra a Vale em Canaã dos Carajás, 2018.



Fonte: <https://teiapopular.org/>

Figura 19 – Organização e resistência contra a mineradora Vale.



Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Pela declaração do entrevistado C, vemos que por mais que haja uma correlação de forças favorável à mineradora, com o Estado sendo sua força opressora e judicial ao mesmo tempo, existe uma intensa disputa territorial entre a Vale e os camponeses, posseiros, sem terra e desempregados pelo espaço que lhe garanta a manutenção da vida, com possibilidade de reprodução social.

O código civilizatório que a Vale implanta a partir dos seus projetos na região tenta a todo momento levar homens e mulheres a abstração do seu modo de ser e sentir o mundo. Ou seja, os pescadores não podem mais pescar, as camponeses não podem mais plantar, os ribeirinhos não podem mais usufruir do rio, os indígenas não podem mais caçar. No entanto, como vimos no caso de Canaã dos Carajás, há resistência e formas de organização que vão surgindo quando novos padrões culturais, sociais e territoriais começam a ser remexidos pela Vale para se acomodar no seio dessas sociedades e lhes sugar a terra, o minério, a vida.

Importante observar então o que nos diz o entrevistado D sobre as lutas que se tornaram frequentes desde a década de 1980 na região sudeste do Pará, onde está o Programa Grande Carajás.

Nós tivemos lutas de vários tipos nessa região, em 1987 o Massacre da Ponte em Marabá, evidencia a luta dos garimpeiros de Serra Pelada contra a Vale, que como estatal começa a organizar o território ao seu redor. Na ocasião, em dezembro de 1987, os garimpeiros fecharam por vários dias a ponte rododiferroviária construída pela Vale para transporte de minérios. Sem acordo e portanto, a não desocupação da via, a polícia cercou os manifestantes pelos dois lados e disparou suas armas de fogos contra os garimpeiros matando e ferindo vários. A partir daí a pedagogia de encurralar o inimigo ganha as forças repressivas do Estado e volta a se repetir em abril de 1996, com o Massacre de Eldorado de Carajás, onde 21 Sem Terra forma encurralados e assassinados pela polícia militar. O Massacre de Eldorado de Carajás, embora tenha sempre a conotação da luta pela terra esconde outros elementos, vamos

a eles. A Vale na década de 1990 transportava grande parte do seu minério para o polo guseiro de Marabá por caminhões, e sofria com as constantes manifestações do MST na região fechando estradas para reivindicação de terras na região. Além disso, na sua estratégia de guerra para domínio territorial a Vale temia a formação de um grupo camponês organizado na região que lhe fizesse frente a disputa territorial, por isso ela financia todo aparato bélico e estrutural para que o massacre aconteça na esperança de desmobilizar e aniquilar a organização dos camponeses na região, algo que não aconteceu (Entrevistado D, entrevista realizado em 15 de setembro de 2021).

O entrevistado D segue na linha da guerra mineral em Carajás trazendo outras lutas.

É importante mencionar que em 2007 então os camponeses da região, os garimpeiros que tinham perdido Serra Pelada para Vale e vários outros grupos sociais da região insatisfeitos com a Vale, fazem uma jornada de luta, intitulada, Contra o Imperialismo, pela Soberania da Amazônia e ocupa os trilhos da Vale por aproximadamente 40 dias, levando uma mensagem para sociedade sobre as atrocidades espoliativas cometidas pela mineradora na região, dessa luta saiu a ideia da organização do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração, - MAM, que nasce, ao contrário de muitas organizações nacionais, na Amazonia brasileira e se especializa nacionalmente. Essa luta então se torna histórica por fazer frente a Vale, parar seu processo de produção e circulação por vários dias e trazer à tona a importância da formação de uma organização nacional que pudesse lutar contra esse modelo destrutivo mineral (Entrevistado D, entrevista realizado em 15 de setembro de 2021).

Se no Pará, a luta efervesceu, no Maranhão, onde passa o maior trem do mundo levando das entranhas de Carajás o mineral para o mundo, a luta também foi intensa. As centenas de comunidades que foram cercadas, cortadas, destruídas pelos trilhos da Vale implantado na década de 1980 e duplicado a partir de 2010, começaram a se organizar para parar o trem em forma de reivindicação dos problemas gerados pelo corredor logístico da Vale. Segundo levantamento do MAM, os indígenas, quilombolas e camponeses interromperam em média uma vez por mês a circulação dos trens da Vale no Maranhão, no período de 2008 a 2018. As pautas das mobilizações eram contra os atropelamentos de animais, pessoas carros e motos, pela construção de túneis e passagens de nível para poder circular de uma comunidade a outra sem precisar passar pelos trilhos ou ficar restrito sem locomoção, quando o trem “estacionava” nas comunidades.

Outra reivindicação também era sobre os acordos e contrapartidas que a Vale não cumpria nas comunidades. Como menciona o entrevistado E,

Em dezembro de 2011, o MST, Justiça nos Trilhos e o Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Açailândia fecharam a vicinal, onde a Vale passavam os ônibus com trabalhadores para duplicação dos trilhos na zona rural da cidade e aproveitamos também no mesmo ponto da vicinal e

fechamos os trilhos também, parando o trem da Vale. A reivindicação era que aquela região a trepidação do trem da Vale tinha destruído os igarapés, deixando a população sem água, a trepidação também tinha destruído parte da escola e muitas casas com paredes e janelas rachadas a ponto de cair, além do trem ficar parado no meio da comunidade sem poder a população ir pra lado nenhum, ainda mais em dias de urgência e emergência. Isso tudo tinha sido apresentado a Vale em maio de 2011 e ela assinou junto a prefeitura a responsabilidade pela construção de poços artesianos, a reconstrução da escola, e viadutos e passagens de nível nas comunidades, mas não tinha cumprido nada dos prazos e nem começado nada (Entrevistado E, entrevista realizado em 15 de setembro de 2021).

A partir daí, as organizações se reuniram e planejaram o dia.

Queríamos parar os trabalhadores terceirizados pobres da Vale para mostrar as angústias dessas comunidades, onde muitos deles tinham relação de amizade e familiar, por isso boqueamos as passagens dos ônibus, sem poder chegar ao ponto de duplicação da ferrovia. Todos os funcionários desceram dos cerca de dez ônibus, e a cada fala dos comunitários, eles batiam palma, concordavam com as falas e as reivindicações. E queríamos parar o trem, o que mais custa pra Vale para iniciar novamente o processo de negociação. E deu certo, chegou a diretoria da Vale que trabalha na região e demos um novo prazo que dessa vez foi executado pela empresa. Isso foi se tornando constante no Maranhão, e havia muitas paralisações do trem em vários pontos da estrada de ferro de carajás, o que foi forjando lutas, resistências e muitas conquistas por essas paralisações, embora o problema estrutura e central desse modelo mineral ainda não foi abalado, mas é um processo de luta e as pessoas e organizações, comunidade vão inventando formas de luta constantemente para sobreviver as coisas ruins provocadas pela Vale (Entrevistado E, entrevista realizado em 15 de setembro de 2021).

Figura 20 - Quilombolas ocupam os trilhos no MA.



Fonte: <https://g1.globo.com/>

Figura 21 - Movimento nacional contra o modelo mineral.



Fonte: <https://comitepampa.com.br>

Assim, vamos vendo pelas entrevistas, que as comunidades e organizações foram criativamente organizando formas de tentar frear a Vale na sua destruição diária no Maranhão também, mesmo que a entrevistada E cite que o estrutural não fora abalado, estas mobilizações criaram muitos prejuízos econômicos à Vale pela paralisação da circulação de sua mercadoria, evidenciou a relação conflitiva que a empresa tem com as comunidades arranhando sua imagem na opinião pública que ela tenta resguardar como a mais harmoniosa possível. Fez com que a empresa recuperasse muitos danos causados por ela nessas comunidades.

Por fim, para mostrar o cenário de disputa tão latente nessa região minerada, a entrevistada F aponta as diversas estratégias das mineradoras em comunhão com outras empresas e aval do Estado, adentrando territórios e mentes de tal forma que modifica completamente o modo de vida. Situamos a entrevistada num território indígena de enfrentamento e resistência na região de Carajás e apresentamos abaixo, sua fala na íntegra.

Somos um povo atingido por uma barragem, por uma mineradora, pelo próprio DNIT, pela Equatorial, por outras empresas que passam no nosso território como a Suzano, né, e outras demais. Então assim, nós somos impactados, a nossa terra fragmentada e nós somos um povo que perdemos também nossa terra lá em Tucuruí por causa de interesses do Estado por causa de uma barragem, da construção, onde nós não somos enxergados como é pra ser pela própria empresa Eletronorte e pela empresa Vale. A gente morava em Tucuruí, a gente foi expulso por uma barragem, e chega aqui se depara diante duma, das torres de novo de Tucuruí, e logo em seguida, pela mineradora, né, que é a empresa Vale. Então, eu vou falar um pouco, tô relatando, dos impactos. Que hoje nós somos impactados socialmente,

culturalmente, né, com todos esses empreendimentos, com todos esses grandes impactos, a nossa vida nunca mais foi a mesma. Eu enxergo como uma invasão capitalista, que invadiu a nossa comunidade e nós não estávamos preparados. A empresa Vale é uma empresa muito estratégica. Hoje a gente consegue ver e tá bem espontâneo né, a gente vê tudo como as coisas acontecem é um cenário que a gente vive hoje e tem que enfrentar e a gente vem lutando mostrando pra empresa que nós somos um povo ainda, um povo que existe, mas a nossa cultura está no alerta vermelho. Nós somos impactados não só na cultura, mas também na nossa vida social, na nossa vida política interna da comunidade. Nós somos impactados psicologicamente. Hoje nós somos um povo doente, devido os grandes resultados do impacto. Nós tínhamos uma vida, anteriormente, sadia, uma vida de união. Nós era um povo unido, um povo sadio, nós não tinha ninguém que brigava pelo poder, de barganha, hoje nós estamos vivendo uma vida do branco. Eu digo assim, uma vida em disputa pelo poder através do capitalismo. O que o dinheiro trouxe de bom, veio junto também as coisas ruins. Hoje a nossa vida totalmente mudou, a nossa vida hoje é igual do branco. É reunião, mas umas reuniões aonde tu quase não tem direito de opinar, onde quase você não é ouvido, quase não, você não é ouvido, porque a empresa não respeita. Não respeita as falas indígenas, não respeita os locais atingidos, os locais que pra nós, são locais sagrados, não respeita. A Vale ela não respeita os povos que existem aqui no nosso território, que é pra ser respeitado. Eu não vejo respeito com nenhum desses povos, a Vale nos trata com indiferença, ela considera na verdade um povo e os outros ela trata da maneira dela, sempre dizendo que eles comeram do mesmo bolo. A Vale não tem ética, não tem respeito pelos povos tradicionais que somos nós, né, na verdade. Hoje se a gente tá acupensado, vamos dizer assim, foi devido a própria empresa, ela ter fragilizado o povo com as divisões, porque o capitalismo trouxe divisões, enfraquecimento e pobreza pro nosso povo. Hoje é dessa forma que nós se sente: divididos, enfraquecidos devido o capitalismo e a empresa ta aí. Eu acredito que é uma estratégia de ela ficar na plateia aplaudindo, o nosso povo se dividindo, tá do jeito que eles queriam, do jeito que eles tramaram, pra bem dizer. É uma estratégia deles e a pressão durante uma pandemia aonde a própria empresa pegou o povo desprevenido, endividado, com essa grande crise econômica, essa grande crise climática onde atingiu também o povo e foi momento estratégico pra Vale aproveitar e fazer a festa dela e derrubar o povo como é feito dominó. É nesse sentido que eu vejo hoje o que nós tamo vivendo, é desse jeito. Hoje nós não temos mais tempo pra nossa cultura, hoje a nossa cultura tem que ser programada, querendo ou não, mudou nossa vida. Hoje o jovem, a maioria dos jovens, não querem mais saber de tá comendo a nossa comida típica, caça, muitos já não caçam mais, já não pesca. Hoje nós temos que sobreviver de projetos, criar peixe, trabalhar, nem todos né, alguns, esse é meu pensamento né, de eu trabalhar na terra, eu crio hoje peixe porque os nossos rios são contaminados, nós tamo fazendo criação de paca porque tamo ameaçado daqui mais um tempo não ter mais caça pra comer e hoje, querendo ou não, nós temos que aprender a como se proteger pra existir e como resistir a esses ataques através, nós vamos resistindo e debatendo, através da educação, trazendo a educação, conhecimento pra que possamos ter diálogo, porque a empresa, cada dia que passa, a linguagem dela muda. Aonde ela pega os indígenas através da linguagem técnica, são nomes técnicos, pequenos nomes onde tira o foco do indígena e esse é um dos pontos estratégicos da Vale, não só dela como da Eletronorte. Hoje, querendo ou não, nós tamo cercado. Nós somos, muitas, vezes, sufocados por essas empresas. Não é que o povo X, povo Y queira usufruir, é um direito porque as empresas elas destruíram, elas acabaram com a nossa vida, é porque o povo, a sociedade não

consegue enxergar e entender. Ah mas vocês escuta muito o povo dizer: “o povo X é rico, o povo Y é rico, esses índios comendo o dinheiro do governo”. Não é por que nós queremos, nós tamo na luta, porque o que a Vale hoje passa pra nós é tipo como se fosse uma esmola, parece assim que ela tá dando. Não é que ela esteja dando, é obrigação. Mas não existe uma lei, nós somos um Brasil fraco de lei, não existe uma lei onde incrimina a Vale que ela pague o que é pra nós ser ressarcido e ser pago, ela não faz isso. Ela oferece um valor pra um, pra valor pra outro, nem a própria Vale com tanto advogado que ela tem, né como ela fala: “Ah, se eu soubesse – as vezes ela critica né, quando a gente leva advogado – se eu soubesse eu trazia meus trinta e quatro advogados.” Então assim, intimidação, né, a Vale intimida o povo, eles são muito estratégicos, joga o próprio indígena um contra o outro, aí depois tira o corpo de banda. Mas é isso que nós tamo vivendo, nós tamo vivendo um cenário hoje, um cenário de guerra. Os próprios indígenas brigando um com outro por causa do dinheiro da Vale, hoje o foco aqui não é trabalho agora, é divisão por causa do dinheiro, por causa do poder, a maioria do povo querendo ser cacique, se nomeando como cacique. Antigamente nós tinha uma lei, nós tinha uma hierarquia aonde vinha os cacicado de pai pra filho, aonde a comunidade escolhia, era uma hierarquia, agora não, bagunçou, são tudo mudado, tudo inventado, eu digo assim, devido os impactos. Hoje, os próprios jovem dizem assim “ah eu vou ser cacique pra mim fazer minha aldeia e ganhar dinheiro e ficar me balançando o dia inteiro e esperar todo mês o dinheiro da Vale”. Hoje o próprio povo X virou sedentário do dinheiro da Vale, só espera aquele mês chegar, aí ele chega, acaba e fica lá, não usa o território mais pra trabalhar, né, não se fortalece, porque quando você usa o território, você está fortalecido, você está protegendo. Hoje nós tamo vivendo um cenário muito triste, mas é impacto do capitalismo, impacto dessas grandes empresas. Nós tamo hoje doente, a maioria do povo com diabetes, pressão alta, colesterol, vesícula, câncer, doença do pulmão, tudo isso. E a empresa cada vez mais tirando o direito na saúde, dando só o básico, tem exame que ela não cobre mais, quem paga é os próprios indígenas. Então assim, a própria empresa ainda fala: “rapaz, esse povo é bom de dinheiro”. Não é que seja bom de dinheiro, é como ela acostumou mal o indígena e agora que os indígenas, alguns tão acordando pra vida e tamo vendo que nós estamos subordinados a ela. Hoje a Vale ela tem o domínio até de botar regra que o próprio índio não pode caçar mais na ferrovia que a ferrovia é deles. Então assim, eles vão cercar o alambrado pra que o índio não possa intervir no trabalho deles, então assim, você tem que ter uma medida dentro de sua própria casa onde até pode andar ou não pode.

A entrevistada F diz ainda que,

Eu vejo dessa forma, nós tamo cada vez mais amarrado, a Vale vestiu uma camisa de força em cada um, ela ta tendo o domínio sobre o povo. Agora veio aí a estratégia de PBA que é a sensação, a ideia que o povo enxerga hoje é que ela tá, tipo assim, não quer mais passar recurso alto pro povo X mas mostrar uma forma de trabalho para que eles aprendam a trabalhar e venha, tipo assim, desmamar ele, porque um dia essa Vale embora, ne. E hoje o que a gente fala pros indígenas é isso, ne, vocês ocupa o território, aproveita, investe, porque um dia essa Vale vai embora e hoje o que eu faço é isso, o pouco que ela me passa, que eu vou entrar com um processo com ela ne, até o final desse ano, o pouco que ela me passa eu vou investindo em projeto né, que eu acredito no projeto, eu acredito que o projeto, nós trabalhando com território vamo se fortalecer, vamo ter força pra brigar com a própria empresa porque aonde eu

vejo a fraqueza dela, porque a maioria, a Vale ela tem o domínio, ela não tem contra nós, povo Y, ela não tem, porque é onde eu bato de frente, porque eu posso caminhar com minhas próprias pernas, eu posso usufruir do meu trabalho e aonde a empresa não quer. A empresa, se todo indígena pensasse assim, hoje nós era um povo forte, que nós arrancava dela o que nós queria, mas como nós tamo enfraquecido, a gente não consegue. Então hoje o que tá acontecendo no território, mais ou menos, eu tô resumindo, é isso. Hoje a Vale ela tá de plateia e o nosso povo tá no ringue brigando com o próprio parente, irmão com irmão, tio com sobrinho, mãe do lado, filho do outro, o povo hoje tá dividido, aí ela gosta: “eita, diacho, o circo tá pegando fogo”. Eles ainda criticam e ainda, muitas vezes, a própria empresa incentiva essas divisões: “vai lá, cara, divide!” “vai lá, tranca o dinheiro, vocês têm direito” mas não fala: “olha, vou te dar um recurso aqui, né, porque vocês é terra indígena, a gente tem consciência que vocês são impactados...” não. E nós temos indígena, aldeia, aldeias que surgiram, nova, né porque as outras tudo que surgiram, ganhou, que não recebe um centavo da Vale, não recebe nada. Então assim, aqui na comunidade hoje nós temos periferias, desigualdade social, tudo impacto da Vale, eu não culpo o povo nosso que é inocente, mas hoje é resultado do impacto da Vale, as periferias, a desigualdade, tem classe alta, classe média, nós temos isso, hoje a nossa vida virou a vida do branco, vida do cupen. Hoje tem família lá, a família nobre, tem a família mais ou menos, assim como o branco vive e isso num era cultura indígena, isso num faz parte da cultura do povo tradicional, isso é coisa do branco mas chegou na comunidade, chegou. Então assim, hoje, a maioria num tem mais controle e mesmo que você tenta abrir os olhos dessas pessoas, elas estão cegas, elas não te ouvem, acham que tão certa, não querem enxergar, por que querendo ou não isso é uma política e se você não entende de política onde você vai ser engolido, você vai ser demolido. Então as minhas falas são essas e meus sentimentos eu vou deixando por aqui (Entrevistada F, entrevista realizado em 15 de setembro de 2021).

Ainda em sua fala, o entrevistado F revela que,

Eu sou muito revoltada com tudo isso, eu queria que o povo enxergasse, acordasse e saísse desse sonho, desse pesadelo. Eu vejo que nós tamo vivendo um pesadelo, eu falo que daqui mais um tempo se a proporia FUNAI é ausente, a própria justiça é ausente, eu espero, ne que dentro de nós, com os alunos que estão estudando, nós encontre uma solução pra nós analisar, parar, enxergar e aproveitar o que nos resta porque de onde você tira e não coloca, acaba, e o minério tá só saindo, o minério não tá entrando, ele tá saindo então assim, o minério ele não vai nascer mais, minério não nasce, ele acaba e Marabá vai ser uma cidade fantasma igual Tucuruí. É isso que eu vejo lá na frente e não tá longe de acontecer não, aí você vai ver o desespero, o número de assaltante, o número de prostituição, o número de doenças porque é esse cenário que nós estamos vivendo hoje e eu tenho medo de isso respingar no meu povo indígena, eu falo meu povo porque a gente vive num território e eu vejo que a maioria é inocente, ainda com os olhos tapados. Então eu vou deixando por aqui a minha fala e se precisar contribuir com mais alguma coisa, eu irei contribuir. Muito obrigada (Entrevistada F, entrevista realizado em 15 de setembro de 2021).

Figura 22 - Povos indígenas em resistência.



Fonte: <https://cimi.org.br/>

Figura 23 - Indígenas ocupam trilhos na região de Carajás.



Fonte: <https://acervo.racismoambiental.net.br/>

Com lucidez e sabedoria que ancestralmente carregam os povos indígenas, nossa entrevistada aponta as muitas contradições de um modelo que destrói a natureza e modifica completamente o modo de vida, levando ainda, um antagonismo na visão de mundo capitalista entre os povos indígenas proporcionado pela busca infinda do lucro e saque dos bens naturais que deveriam ser comuns a todos e todas e não mercadorizado para obtenção de lucro de pequenas partes.

Dialogando com Malheiro (2019), o que atravessa não é apenas uma ferrovia, o que é saqueado não é apenas o minério. Um grande projeto gera riqueza para quem? Como vivem os povos que tiveram seu cotidiano transformado pela dinâmica capitalista?

Vários povos indígenas ficaram no caminho ou nas bordas de um projeto que não apenas explorava ferro da serra de Carajás e o transportava por ferrovia ao Porto de Itaqui em São Luis do Maranhão, mas alterava decisivamente a dinâmica econômica e social regional, atraindo uma migração desenfreada, a entrada de madeireiros, a expansão de monocultivos, redesenhando as formas e os conteúdos geográficos regionais (Malheiro, 2019, p. 124).

Se por um lado a Vale dita as regras e dá as ordens no jogo, por outro, os povos indígenas e os camponeses se organizam para contrapor a mineradora. Trazemos outra fala de um educador, assentado da Reforma Agrária e que acompanha comunidades indígenas e camponesas no estado do PA, debatendo a importância do tema da mineração no ensino público, mostrando a outra face e os impactos dos projetos minerários para a região. Ele é o entrevistado G.

Então, existe uma certa disputa de projeto que é essa questão de influencia da mineração nos territórios xikrins, inclusive de influenciar na dinâmica da educação e aí eles têm pautado um currículo para a educação deles que possa trazer essa questão da relação com a natureza, da biodiversidade, da vida, né, e da continuidade daquilo que eles sonham que é viver em harmonia com a natureza. Mas daí, tem se apresentado pra eles outras perspectivas de projetos ne, que são apresentados pela mineração. E aí, assim, a Vale tem financiado alguns projetos nas comunidades, tanto no campo como indígenas como a questão de influenciar na cultura com projetos de musica, com projetos de financiamento de espaços culturais mas, assim, uma cultura que é colocada imposta, então assim, não tem fortalecido o que os movimentos e as comunidades já vinham construindo, trazendo algo de fora pra dentro como algumas questões clássicas, como eles vêm pensando a cultura. Na educação, por exemplo, tem influencia de projetos neoliberais como o Itaú Social que é do banco né, CEDAC que é da Vale também, a formação que a Vale tem relação que tem causado confronto com os movimentos, que a Educação do Campo têm proposto para esses povos da nossa região que aí são as disputas desses dois projetos ne: o que nós estamos construindo enquanto Educação do Campo e como que esses projetos hegemônicos têm se sobressaído porque são os mais fortes ne, têm financiamento, é mais atrativo, então, é difícil disputar. Então, no campo, nós temos tentado esse ano aqui no nosso município, foi criado disciplina nova, né, nós conseguimos implementar três disciplinas novas no currículo nas escolas de tempo integral, uma é Agroecologia, a outra é Soberania Alimentar na Amazônia e a outra é Mineração e Questão Agrária que aí é pra traçar esse debate e desconstruir aquilo que a Vale vem construindo na nossa região né, porque tem sido difícil pra nós formar a juventude na perspectiva de dizer que tem outras saídas, né, que não é só mineração, que é possível plantar, que é possível produzir alimentação saudável, que é possível tirar o sustento da terra né, e assim, ter outra possibilidade. E, também, dizer pra juventude que esse minério é algo que se esgota ne, um dia ele vai acabar e como é que vai ficar os povos dessa região? Ao mesmo tempo, a Vale tem influenciado muito nas comunidades, é vale cultura, são muitos projetinhos

pequenos que têm atraído a juventude, aí é formação... Os cursos de formação que ela oferece é mineração, contabilidade, protagonismo juvenil, são projetos que disputam com os nossos projetos que são de formação humana, formação socio cultural do ser humano. Então, tem sido assim, uma influencia muito grande nessas comunidades não é só na minha né, é nesse entorno todo dessas comunidades da mineração, eles têm investido em construir um imaginário da mineração (Entrevistado G, entrevista realizado em 15 de setembro de 2021).

A partir da fala do entrevistado G, percebe-se a disputa de projetos na região frente à forte influência e determinação da mineradora Vale que detêm a hegemonia. Organizados, os povos camponeses, mesmo cercados e, por vezes, apoiados pela mesma mineradora que combatem, conseguem organizar a resistência através de projetos que provocam a comunidade a ter outra visão acerca do modelo mineral, que os territórios possuem diversidade e outras formas de existir para além dos minérios.

Todos/as os entrevistados nos convocam para a reflexão sobre a urgência de organizar uma luta que seja capaz de barrar estes grandes projetos, uma luta pluricultural, pluriétnica, plurirracial, que coloque os anseios da população frente à ganância dos grandes conglomerados financeiros em que os territórios sejam lugares de diversidade e existências. Nos mostram, ainda, as diversas possibilidades, na prática, de, se não mudar estruturalmente o modelo mineral, pelo menos “assustar” as grandes empresas para que saibam que o povo será sempre resistente, estará sempre alerta e em defesa de seus territórios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: “POR QUE OUVIMOS AS PEDRAS GRITAR”

Considerando que os senhores nos ameaçam com fuzis e canhões, nós decidimos: temeremos mais a miséria do que a morte (Bertold Brecht)

É difícil mensurar a importância da mineração para a reprodução da vida. Ela está presente materializada nos eletrodomésticos, eletrônicos, serviços básicos de saúde, ou na tinta de uma caneta. Mas não é muito complicado tentar olhar ou pensar o quanto se move, ou se remove para a retirada desses minerais. Também não é para isso que a Vale e outras mineradoras agem no Brasil e nem na periferia do mundo em geral. Se trata de *commodities* para exportar em grande escala, para produzir objetos com obsolescência programada, para entulhar o mundo com mercadorias inúteis, que viram lixo e mais lixo que não pode ser absorvido pelo metabolismo do planeta.

Quantas comunidades quilombolas têm seus direitos constitucionalmente rasgados para que empresas adentrem seus territórios e retirem do subsolo quantidades de ouro, manganês, cobre, ferro? Quantos territórios são completamente destruídos pela entrada de grandes projetos que poluem rios, queimam florestas, provocam separação entre famílias, acidentes, desterritorializam, expulsam povos indígenas, camponeses, ditam um novo modo de vida sem pedir licença.

Para além de territórios materiais, estabelece-se um processo conflituoso permanente, pois, com a chegada das empresas nos territórios, busca-se não apenas o domínio territorial físico, geográfico, espacial, mas, também, o domínio da subjetividade coletiva. Isto é, a implementação de linguagens, utilizando outras roupagens na disputa de simbologias.

No decorrer da nossa pesquisa, foi possível compreendermos o *modus operandi* da mineradora Vale nos territórios. Primeiro dirigia políticas culturais a seus trabalhadores de planta, como acontecia com o futebol em Minas Gerais. Depois, com o impacto sobre uma população muito maior, dos territórios onde opera, e que eventualmente são trabalhadores e trabalhadoras indiretos (terceirizados, quarteirizados, prestadores de serviço, mas também aquelas e aqueles cujo trabalho reproduz a força de trabalho disponível nas regiões onde atua), dirige as ações culturais a esses setores mais amplos.

Depois que destrói as bases materiais (comunitárias) da cultura dos territórios, recupera os símbolos, as características externas dessas culturas, inclusive seus agentes (artistas populares) e desenvolve, através desses mediadores, um repertório pseudo popular. “Pseudo”, porque já não há ligação orgânica dessas práticas culturais com as formas de produção e

reprodução da vida comunitária. É uma cultura fixa, fetichizada, encapsulada e separada do cotidiano do povo, das suas práticas econômicas comunitárias.

Retira assim o elemento transgressor, autônomo e dinâmico dessa cultura e preenche, com esses produtos, o vazio da ação criativa atual e dinâmica do povo. Mas é ainda mais perverso, porque, ao perder as condições materiais para a produção da cultura comunitária, os artistas, os educadores, na sua relação com o povo, são mediados pelos projetos e editais do Instituto Vale.

Esses artistas perdem a relação orgânica, direta, com os territórios, simplesmente reproduzem uma cultura já destituída da vitalidade da dinâmica social. Vira um produto, uma mercadoria. O consumo desses produtos transforma o receptor em alguém, do ponto de vista da criatividade popular, porque já não é o povo que faz a partir da sua experiência e sociabilidade comunitária, nos seus intercâmbios com o território. O povo é o público, a clientela que consome esses produtos culturais.

A Vale cumpre, assim, com as exigências legais compensatórias do seu impacto, faz renúncia fiscal, mas, também, cria lealdades num setor que era intelectual orgânico dos territórios, e que passa a depender de editais e recursos da Vale ou da mediação da empresa para obter recursos públicos.

É a busca incessante de uma hegemonia que almeja que todas e todos tenham uma ideologia mineral, que busca minar qualquer outra forma organizativa contrária à plenitude mineral.

Porém, como observamos no decorrer da nossa pesquisa, apesar das grandes investidas da mineradora Vale, com seus instrumentos e projetos culturais dentro das comunidades ou cidades em que ela atua, há, na região de Carajás, uma resistência que vai, ao mesmo tempo tentando não ser derrotada pelo projeto mineral e, ainda, levantar suas origens culturais frente ao monumento de desintegração sócio cultural da Vale, resguardando a possibilidade de uma trincheira contra hegemônica, provocando outros olhares para o problema mineral brasileiro.

Assim, estamos diante de uma guerra cultural sem precedentes na Amazônia Brasileira, especialmente na região correspondente a Carajás, já que, no sul global, o não existe outro Programa Grande Carajás é um dos projetos mais espoliativos. Portanto, essa pesquisa não se encerra aqui, é apenas um recorte das várias faces da luta de classes dos últimos 40 anos no Pará, Maranhão e Tocantins, uma faixa do território brasileiro que passou a conviver com outras formas de opressão e simbologias capitalistas a partir da implantação do projeto da Vale.

REFERÊNCIAS

A Vale do Rio Doce e o neoliberalismo no Brasil. Entrevista especial com Ivo Lesbaupin. 2007. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/8843-a-vale-do-rio-doce-e-o-neoliberalismo-no-brasil-entrevista-especial-com-ivo-lesbaupin> Acesso em: 15 jun. 2021.

ALT, V. **Mineração é a maior responsável por mortes no trabalho ao redor do mundo.** 2017. Disponível em: <https://www.dmtemdebate.com.br/10516/> Acesso em: 20 set. 2020.

Associação Cidade Escola Aprendiz - **Centro de Referências em Educação Integral.** Disponível em: www.educacaointegral.org.br Acesso em: 17 mar. 2022.

BEZERRA, C. Cultura e hegemonia: a construção do debate cultural em Gramsci e os desafios contemporâneos. **Cadernos de estudo da ENFF: Gramsci e a formação política.** Guararema, Escola Nacional Florestan Fernandes, vol. 1. nº 5. nov. 2012.

BÔAS, R. V.; MASIERO, P. **Cultura, Arte e Comunicação.** Editora Outras Expressões. caderno 2. 1ª edição. São Paulo. 2015. 160 p. Disponível em: <https://seminarionacionallecampo2015.files.wordpress.com/2015/09/residc3aancia-agrc3a1ria-unb-caderno-2.pdf> Acesso em: 25 jan. 2022.

CARCANHOLO, M. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Rev. Econ. contemp.** Rio de Janeiro. v. 12. n. 2, 247-272, maio/agosto 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/R3DpCGtLmtpBvjDx63vPD6f/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 out. 2021.

Casa da Cultura de Canaã dos Carajás. Disponível em: <https://casadaculturacanaa.com.br/pt/sobre/casa-da-cultura-de-canaa-dos-carajas/> Acesso em: 04 ago. 2022.

Centro Cultural Vale Maranhão. Disponível em: <https://ccv-ma.org.br> Acesso em: 04 ago. 2022.

Centro Cultural Vale Maranhão. **Trilhos da Alfabetização - Por uma educação antirracista.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vUpisD4xUGQ> Acesso em 02 fev. 2022.

COELHO, M. C. N; COTA, R. G. **Dez anos de Estrada de Ferro Carajás.** Belém: UFPA/NAEA, 1997. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoes/199-10-anos-da-estrada-de-ferro-carajas> Acesso em: 02 nov. 2021.

COELHO, T. P. **A Questão Mineral no Brasil Vol.1: Projeto Grande Carajás – Trinta Anos de Desenvolvimento Frustrado.** ZONTA, M.; TROCATE, C. (Org.). Editora Iguana. Marabá – PA. 2015. 160 p.

Decreto federal determina à Vale destruir cavernas e sítio ambiental em função da mineração no Pará. **Correio Paraense.** 17 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://correioparaense.com.br/2022/01/17/decreto-federal-determina-a-vale-destruir-cavernas-e-sitio-ambiental-em-funcao-da-mineracao-no-para/> Acesso em: 10 jun. 2022.

DURÃO, M.; GOMES, W. **Lucro da Vale avança mais de 2.200% no 1º trimestre de 2021**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/lucro-da-vale-avanca-mais-de-2200-no-1-trimestre-de-2021,a9df57842ec560c99a7192be8a648a7brsuf908v.html> Acesso em: 15 jun. 2021.

Evandro Medeiros vence ação contra a Vale. **Jornal Correio de Carajás**. Marabá – PA. 27 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.unifesspa.edu.br/unifesspa-na-midia/4703-evandro-medeiros-vence-acao%20contra-a-vale> Acesso em: 20 set. 2021.

FEDERICI, S. **Reencantar el mundo. El feminismo y la politica de los comunes**. Ed. Traficantes de Sueños. Madrid, 2020. Disponível em: https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map60_Reencantar_interior_web.pdf Acesso em: 26 nov. 2021.

FREITAS, M. M. **A Vitória a Minas e os índios dos sertões do leste**. Rio de 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529367169_ARQUIVO_MarinaM_Freitas_AVitoriaaMinas.pdf Acesso em: 01 jan. 2022.

Fundação Vale. Desenvolvimento social como propósito. Disponível em: www.fundacaovale.org Acesso em: 02 mar. 2022.

Fundação Vale. **Projeto “Trilhos da Alfabetização” (MA) é lançado em cerimônia virtual com a presença do governador Flávio Dino**. 10 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.fundacaovale.org/projeto-trilhos-da-alfabetizacao-ma-e-lancado-em-cerimonia-virtual-com-a-presenca-do-governador-flavio-dino/> Acesso em 02 fev. 2022.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Editora Loyola. 2 ed. São Paulo. 2005. Disponível em: <https://gpect.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/11/david-harvey-o-novo-imperialismo.pdf> Acesso em: 15 out. 2021.

Instituto Brasileiro de Mineração. Exportação de minérios foi crucial para manter saldo da balança comercial positivo em 2021. Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/exportacao-minerios-saldo-balancacomercial-positivo-2021/> Acesso em: 10 jun. 2022.

Instituto Cultural Vale. Disponível em: <https://institutoculturalvale.org/o-instituto/> Acesso em: 18 jan. 2022.

Justiça nos Trilhos. Alto Alegre do Pindaré: atropelamentos e falta de segurança na EFC. 2018. Disponível em: <http://justicanostrilhos.org/2018/10/02/alto-alegre-do-pindare-atropelamentos-e-falta-de-seguranca-na-travessia-da-efc/> Acesso em: 22 dez. 2018.

LAZZERI, T. A lama que queima: compradora de minério da Vale faz vítimas no interior do Maranhão. **Repórter Brasil**. 21 de abril de 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/04/a-lama-que-queima-compradora-de-minerio-da-vale-faz-vitimas-no-interior-do-maranhao/> Acesso em: 16 set. 2021.

MALHEIRO, B. P. **O que vale em carajás? Geografias de exceção e r-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia**. (Tese) Curso de pós-graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2019. 439 p. Disponível em: https://www.academia.edu/42146351/O_que_Vale_em_Caraj%C3%A1s_Geografias_de_exce

%C3%A7%C3%A3o_e_r_exist%C3%Aancia_pelos_caminhos_do_ferro_na_Amaz%C3%B4nia Acesso em: 07 jul. 2021.

MARQUES, G. S. **Amazônia riqueza, degradação e saque**. 1ª edição. Editora Expressão Popular. São Paulo. 2019. 296 p.

MILANEZ, B.; SALLES, R. A Vale e sua estratégia: uma síntese das ações econômicas, políticas e sociais da empresa. **Revista NÃO VALE**. Ed. IV, 2019-2020. Disponível em: <https://justicanostrilhos.org/wp-content/uploads/2021/07/REVISTA-NAO-VALE-IV.pdf> Acesso em: 22 jan. 2022.

MOREIRA, F. G. Crime em Mariana: cinco anos se reproduzindo. **Brasil de Fato**. 04 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/04/artigo-crime-em-mariana-cinco-anos-se-reproduzindo> Acesso em: 25 abr. 2021.

PENHA, L. R.; NOGUEIRA, A. P. F. Os impactos do desenvolvimento na área de influência da estrada de Ferro Carajás. **Inter Espaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**. Grajaú – MA. V. 1, n. 1 p. 212-225. jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/3444> Acesso em: 22 jan. 2022.

PINTO, L. F. **A Amazônia segundo Lúcio Flávio Pinto**. 29 de junho 2018. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/o-maior-trem-do-mundo/> Acesso em: 05 jan. 2022.

Projeto Gênese. Vale do Rio Doce. Disponível em: www.vale.com Acesso em: 20 set. 2021.

Projetos de mineração da Vale pressionam territórios quilombolas no Maranhão e Pará - **Carta Maior**. 27 de julho de 2013. Disponível em: www.cartamaior.com.br Acesso em 02 fev. 2022.

Vale registra lucro líquido de R\$ 15,6 bilhões no terceiro trimestre. **G1**. 28 de outubro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/28/vale-tem-lucro-liquido-de-r-156-bilhoes-no-terceiro-trimestre.ghtml> Acesso em: 15 jun. 2021.

WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. Editora Unesp. São Paulo. 2011. 420 p. Disponível em: <https://cbd0282.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/02/williams-raymond-cultura-e-materialismo.pdf> Acesso em: 25 jan. 2022.

ZONTA, M. Não existe direitos humanos da Mineração. In: **Direitos Humanos no Brasil 2017: relatório da rede social de justiça e direitos humanos**. 2017. P 157-167. Disponível em: https://www.social.org.br/files/pdf/relatorio_dh_2017.pdf Acesso em: 16 jun. 2020.

ZONTA, M. As contradições inconciliáveis da mineração com o mundo. In: **Relatório Direitos Humanos no Brasil 2018: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. (Org.) STETANO, Daniela; MENDONÇA, M. L. 1ª Ed. Editora Outras Expressões. São Paulo. 2018. 227-231 p. Disponível em: https://www.social.org.br/files/pdf/reelatorio_dh_2018.pdf Acesso em: 10 fev. 2022.

ZONTA, M. **Serra Pelada: Sonhos, violência e miséria**. 2013. Disponível em: <https://mst.org.br/2013/12/04/serra-pelada-sonhos-violencia-e-miseria/> Acesso em 08 fev. 2022.

ZONTA, M. Sete estados mineiros concentram 31,2% dos casos de violência contra a mulher. **Brasil de Fato**. 08 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/08/sete-principais-estados-mineiros-tem-312-dos-casos-de-violencia-contr-a-mulher/?platform=hootsuite> Acessado em: 8 jul. 2019.